

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SOARES, Airton. Airton Soares (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 52min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Airton Soares
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistadora: Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Marieta de Moraes Ferreira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Marieta de Moraes Ferreira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 28/08/2006

Duração: 1h 52min

Arquivo digital - áudio: 4; Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Diretas já (1984); Ditadura; Esquerda; Faculdade de Direito de São Paulo; Família; Formação escolar; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Infraero; Juscelino Kubitschek; Leonel Brizola; Militância política; Movimento Democrático Brasileiro; Movimento estudantil; Ordem dos Advogados do Brasil; Partido Democrático Trabalhista - PDT; Partido dos Trabalhadores - PT; Questão palestina; Repressão política; Sindicatos de trabalhadores; Sistema jurídico; Social democracia; União Nacional dos Estudantes.

Sumário

Entrevista: 28/08/2006 Origens familiares no interior de São Paulo; formação e primeiros anos de militância política no movimento estudantil; a trajetória como aluno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco; a militância na União Estadual dos Estudantes (UEE) e na União Nacional dos Estudantes (UNE); a atuação como advogado de presos políticos; a filiação ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nos anos de 1970; o MDB como um instrumento de luta e oposição ao regime militar; a candidatura e a atuação como deputado federal; o movimento pela renovação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o contato com a esquerda e a social democracia europeia; os primeiros contatos com as lideranças sindicais; a saída do MDB e o envolvimento com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT); a possibilidade de uma organização de base política e social; a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do Descrição Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi); a atuação como advogado na prisão de Luiz Inácio Lula da Silva; as batalhas jurídicas na legalização e fundação do PT; a organização da Campanha das Diretas; o rompimento com o PT e o retorno ao MDB; a aproximação com Leonel Brizola e o ingresso ao Partido Democrático Trabalhista (PDT); a indicação e ratificação como conselheiro da Infraero no governo Lula; as alianças com os partidos de direita; a manipulação da mídia diante do mensalão; o apoio à causa palestina; a participação da investigação da morte de Juscelino Kubitschek.

Entrevista: 28/08/2006

M.M. – Nós gostaríamos de começar essa conversa com o senhor ouvindo um pouco o seu relato sobre as suas origens familiares, a sua formação, os seus primeiros anos de militância política.

A.S. – Bom. Eu sou originário do interior de São Paulo, uma pequena cidade, 15 mil habitantes, chamada Pirajuí. Fica próximo a Bauru. Numa cidade pequena coisa essa só era possível ter militância na área estudantil e no Instituto de Educação local, que tinha o curso secundário completo. E eu ocupei, nesse Centro Estudantino que chamava Barão do Rio Branco, duas posições, a de secretário-geral do Centro e depois a de vice-presidente. Não pude ser candidato a presidente porque não tinha dezoito anos: entendeu-se que era necessário ter dezoito anos para ser presidente. A partir daí, chegamos a fazer uma greve com relação aos professores, porque havia lá um absurdo, dentro da estrutura de ensino local. Essa greve foi bem sucedida, com o afastamento dos professores. Isso tudo foi um aprendizado político para, mais tarde, uma militância. Saindo dessa origem interiorana lá, acabei vindo para São Paulo, para fazer faculdade de direito no Largo de São Francisco. E para isso, terminei o segundo ano colegial em São Paulo, numa escola chamada Oswaldo Cruz, e me preparava no cursinho chamado Castelões, para ingressar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Curioso, nessa época, já havia uma efervescência política, porque isso remonta aos idos de 1964. A propósito, eu desembarquei com a minha mala de estudante secundário aqui, na rodoviária de São Paulo, na madrugada de 31 de março de 64.

M.M. – Nossa! Que dia fatídico. [ri]

A.S. – E, quando o ônibus parou em Bauru, eu tive oportunidade de ver o comício do Jango na Central do Brasil, onde ele fez o seu último comício; e amanheci, então, em São Paulo com o DOPS, que ficava do lado da estação rodoviária, ocupando toda a região, porque aí então já se dava o golpe militar. E outra curiosidade é que na Escola Oswaldo Cruz não havia uma militância estudantil. Uma escola mais... em que as pessoas estudavam de noite, ou para fazer... davam preferência ao cursinho, então o curso, era um curso mais fácil de se atingir o terceiro colegial, exatamente porque dava lugar ao cursinho, complementava com o cursinho; e naquela época, também, havia alguns professores já engajados que nos estimulavam a participar das atividades dentro da universidade. O curso Castelões não tinha militância política, embora

ficasse próximo, dentro do Largo de São Francisco, era ali no Largo de São Francisco, e eu acompanhava toda aquela mobilização que havia ali, mas sem ter como participar porque não era ainda... não era do esquema universitário. Essa foi uma primeira fase.

M.M. – Deixa eu te perguntar mais uma coisa nessa fase inicial. E sua família?

A.S. – A minha família tem uma origem... O meu pai era um mecânico e a minha mãe, ela cuidava de casa. O meu pai, como mecânico, apanhou uma doença pulmonar, não pôde mais, aí montou uma loja de peças de automóvel; e continuou no ramo de peças de automóvel, então era um pequeno comerciante na cidade de Pirajuí. Depois, se elegeu vereador. E a presença dos vereadores, iam muito na minha casa, sempre estimulava a discussão política sobre os problemas da cidade.

M.M. – Qual era o partido?

A.S. – Era o PDC, na época, Partido Democrata Cristão. E eles chegaram até a ganhar a eleição no município, ele se elegeu vereador duas vezes; mas depois, perdeu a eleição, se desanimou, desanimou e aí não disputou mais. Mas essa vida ali, naquele minúsculo município, com um pai participando das disputas municipais, também foi um aprendizado interessante, que eu vim sentir isso mais tarde, quando já estava pretendendo disputar eleição. Essa foi a fase de lá. A fase de São Paulo, eu caí, no ano de 1965, dentro da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que até então tinha participado de muitos movimentos políticos, sociais, especialmente a campanha de petróleo e tudo isso, se incentivava muito. E nessa faculdade tinha um corpo de professores progressistas muito competente, Dalmo Dalari, Fábio Comparato, etc., com o qual nós nos afinávamos. Logo no primeiro ano, eu comecei a ter militância no Centro Acadêmico Onze de Agosto e essa militância evoluiu até quando eu cheguei no quarto ano, que eu era para ser o candidato a presidente do centro acadêmico, quando... Nós tínhamos, no ano anterior, ocupado a faculdade, pela reforma universitária, a luta de ocupação trouxe desgaste, fomos presos, fomos para o DOPS. Depois, entendeu o grupo político a que eu pertencia, era o Partido Acadêmico Renovador, de lançar um candidato que não tivesse todos os problemas que nós adquirimos nessa luta, com ocupação, com militância na UEE, na UNE; e então, nós apoiamos um outro candidato que não tinha militância política, para ganhar a eleição e ganhamos a eleição. Eu fui diretor do Departamento Jurídico do Onze de Agosto durante dois anos. E quando estudando na São Francisco fui militante da UEE, na ala que era então coordenada pelo José Dirceu, que tinha como adversário Catarino Meloni e

AP E nessa luta dentro do UEE, também ajudei a organizar o congresso de Ibiúna. Não participei do congresso porque quem colaborava na organização não participava. E fui delegado do Onze de Agosto na UEE e na UNE, participando de congressos no Brasil, da UNE, como representante do Onze de Agosto, durante esse período em que era diretor jurídico do Onze de Agosto. Enfim, essa foi a militância na área estudantil. Quando no Jurídico do Onze de Agosto, os meus companheiros, muitos tinham ido para a luta armada, militantes estudantis tinham aderido à luta armada. Eu, como jurídico do Onze de Agosto, comecei, no último ano, a receber apelos de famílias de amigos que tinham sido presos, então saí do Jurídico do Onze de Agosto como advogado e fui trabalhar com um advogado de presos políticos chamado César Vieira, o nome como ele é conhecido, porque é um autor de teatro também, mas é o Edival de Almeida Piveta, para qual escritório eu fui como advogado, para colaborar, exatamente, no trabalho com os presos políticos. E passamos de 1971 até 1974... não, melhor dizendo, de 70 a 74, a advogar nas auditorias militares, Tribunal Militar, em defesa dos presos políticos. Isso, obviamente, teve um preço político porque escritório que advogava para preso político, na época, não tinha outros clientes, empresários, essa coisa toda, você sabe muito bem. Mas nós sobrevivemos, graças ao nosso empenho e outras causas que davam para sobreviver, porque os presos políticos, raramente, os que nos procuravam, tinha recurso para pagar. Os que tinham recursos iam procurar José Carlos Dias, que era um advogado mais conhecido, essa coisa toda. Foi uma época muito difícil, o nosso escritório foi invadido, nós fomos presos cinco vezes como advogados. Na época de estudante, eu fui preso três vezes como estudante, levado pela Operação Bandeirante, que era um embrião do DOI-Codi. Tudo isso foi dando... e acumulando experiência. Quando nós chegamos em 1974.... Tinha havido um grande movimento em 70 pelo voto nulo, e eu, já em 72, já tinha me filiado ao MDB jovem de São Paulo, porque eu entendia ser o MDB uma alternativa de participação política, uma vez que eu não tinha concordado em aderir à luta armada; então comecei a militar no MDB. E em 1974, surgiu a oportunidade de disputar uma eleição; e aí, reuni um grupo de amigos e entendemos que podíamos transformar o MDB num instrumento de luta. Fizemos no MDB um movimento político, de fazer uma luta interna pela transformação do MDB num instrumento de luta real, deixar de ser um partido de oposição consentida. Estimulados, obviamente, pelo grupo autêntico, que já existia em Brasília, onde figuravam Lysâneas Maciel, Chico Pinto e outros deputados conhecidos como sendo o grupo autêntico. Recebemos apoio, Lysâneas veio a São

Paulo para apoiar esse grupo, que acabou redundando no lançamento da minha candidatura a deputado federal. Eu me elegei deputado federal na primeira eleição.

M.M. – Você já foi direto para deputado federal.

A.S. – Fui, fui direto. Em 1970, eu disputei uma eleição para deputado estadual; mas eu era um simples estudante, foi mais para conhecer como é que funcionava o esquema eleitoral. Eu fiz quase quatro mil votos, numa dobradinha com um candidato que era do PC, que era o José Sarlim, um professor, uma figura muito interessante. E quando chegou em 74, eu tinha uma base política já no interior e na capital. E, em 74, nós fomos atrás do voto que até então se recusava a votar. E lançamos uma campanha. Os meus panfletos de campanha era: “Airton Soares é contra o governo. Vote nele.” As pessoas achavam que isso dava prisão; mas eu, como advogado de preso político, sabia que isso é que não dava prisão. Você podia dizer que era contra. Você não podia era agir contra a ditadura militar. E fui apoiado por um grupo de intelectuais, professores, artistas, que me deram subsídios, fazendo rifa. Naquele tempo, a campanha de voto de opinião valia; e consegui criar um movimento de opinião e consegui me eleger deputado com quase quarenta e cinco mil votos, em 1974. Foi uma surpresa para todo mundo. Mas foi uma forma de aglutinar aquela massa que achava que não podia votar. E aí então, como deputado, militei no grupo autêntico de oposição e procurava, aqui em São Paulo, estimular dentro do MDB as correntes mais progressistas. Tanto que, na eleição seguinte, já surgiram vários candidatos, especialmente na área estadual: Fernando Moraes, Geraldo Siqueira, Marco Aurélio Ribeiro e outros. E nós já tínhamos uma base dentro do MDB, que era a chamada esquerda do MDB em São Paulo, que não era confundida com a esquerda comunista, que era do Partido Comunista que estava embutido no MDB, que era o Alberto Goldman e Marcelo Gato, que eram os candidatos que o Partido Comunista tinha, apoiava. E como eles não podiam ter legenda, o MDB cedia espaço para eles. E nós fizemos então um trabalho, onde nós trabalhávamos tanto com integrantes do Partido, no caso com o Goldman, como com outros candidatos independentes que... Fabiano da Baixada, e formamos então um bloco, que teve sucesso naquela eleição. E carregamos a figura de um candidato jovem, novo, que surgia para renovar, que vinha como prefeito de Campinas, que era Orestes Quércia, que era o candidato majoritário ao Senado. Naquele ano houve a explosão do MDB no Brasil inteiro, com a eleição de senador por todos os lugares, deputados, em função do voto de oposição, que àquela altura era mais um voto contra o governo e contra a situação vigente. O

meu cartaz de campanha, feito pelo Ermínia Maricá, que depois virou secretária, professora da FAO, era uma carneirada pastando, embaixo o slogan: “Diga não à situação”. Que as pessoas gostavam e tal, mas guardavam no guarda-roupa, em casa, com medo de expor. Então, era a antipropaganda, porque ela queimava as pessoas que faziam, e as pessoas ficavam com medo de usar. [risos] Enfim. Mas foi uma fase muito interessante.

M.M. – Vocês tinham contato com aqueles advogados de presos políticos do Rio? Modesto da Silveira...

A.S. – Sim, sim, com todos eles. Modesto, Eni Moreira, Marcelo Alencar...

M.M. – Marcelo Cerqueira.

A.S. – O Marcelo Cerqueira vinha pouco a São Paulo. O Modesto da Silveira tinha mais experiência. A Rosa Maria Carneiro da Cunha. Esses eram os advogados do Rio. E, afinal de contas, nós tivemos também os grandes advogados do Rio que vinham, o Técio Lins e Silva e o Evandro e o Heleno. Professor Heleno estava sempre em São Paulo, na auditoria atuando; e ele era, sem dúvida... *(que não estava esperando) como advogado mas também como... quando presos... a Ordem dos Advogados, *(meio confuso esse trecho)* conseguimos, depois de fazer uma revolução na Ordem, trocando a diretoria por uma diretoria mais progressista, conseguimos fazer com que a Ordem entrasse... Quer dizer, a minha participação se deu também no movimento pela renovação da Ordem dos Advogados.

M.M. – É. Isso é uma coisa importante. Naquele momento, a Ordem jogou um papel importante.

A.S. – É. Porque nós puxávamos... Tínhamos um presidente chamado Silvio Vieira de Souza, que era um conservador, acomodado, mas ele foi sensível às pressões. Tanto é que promoveu desagrevos a advogados presos pela ditadura, coisa até então impensável. E mais tarde, a Ordem evoluiu e passou a ser um instrumento, também, de luta em São Paulo, congregando com as demais forças de oposição. E isso foi um trabalho que nós, como deputado, também, ajudamos a estabelecer essa ponte; e contato com o pessoal do Rio também foi muito importante, porque a advocacia na área da auditoria militar, como as organizações não eram locais, elas tinham sua estrutura nacional, nós passamos a, também, contatar os advogados do Brasil inteiro; e com isso, nós, ao mesmo tempo que fazíamos a defesa mais conseqüente, no global, nós nos protegíamos. Nós não tivemos uma organização nacional dos advogados de

presos políticos, mas tivemos quase isso. Um movimento em que nós nos entendíamos. Então o preso, às vezes, era transferido para outro estado, e aí precisava ter um contato lá, o preso não podia pagar aqui, então – “quem é que não cobra aí?” “Fulano.” “Então fulano vai ver como é que está a situação de fulano que foi transferido.” Enfim.

M.M. – Vocês criaram uma rede.

A.S. – Uma rede, é verdade.

M.M. – E a sua atuação na Câmara nesse mandato, no que ela se concentrou mais?

A.S. – Bom. Nesse primeiro mandato, era, essencialmente, uma atuação mais em termos de denúncia. E eu estabeleci também, no primeiro mandato, contatos internacionais com os brasileiros que estavam fora, exilados. Eu fui um dos poucos deputados que foi à Europa e contactou lá vários grupos políticos no exílio e os vários parlamentares cassados; depois que Lysâneas Maciel foi cassado, também, que foi para a Europa, nós conseguimos fazer muitas reuniões, cheguei a reunir com Arrais, com Lysâneas, Márcio Moreira Alves. Eu, também, procurei contatos com a social democracia europeia, com a esquerda europeia; primeiro individualmente, aproveitando esses brasileiros que estavam no exterior para conhecer figuras como Mitterand, de passagem, mas Mitterand tinha como secretário-geral do partido uma figura que virou, depois, primeiro ministro, que era o...

A. F. – Rocard.

A.S. – Não. Não. O Rocard não chegou na época. Antes dele. O Rocard foi mais depois. Tinha o... Que depois foi primeiro ministro. Perdeu a eleição. Enfim. Eu lembro daqui a pouco o nome dele. E nós também tínhamos contato com os advogados franceses, que davam apoio à divulgação dos crimes da ditadura no Brasil. E esses advogados franceses formaram um grupo, nós estivemos juntos com eles na Argentina, procurando prisioneiros políticos desaparecidos. Enfim, houve um bom... entre o PS, vamos chamar o PS de esquerda, e advogados progressistas da Europa, especialmente franceses, no contexto de apoiar os brasileiros que estavam lá, dar a eles melhores condições de exilados, e esse trabalho, eu me lembro que foi, também, um trabalho que eu fiz nessa área de fora. Aqui dentro, o nosso ponto culminante foi a tentativa de criar uma CPI dos mortos e desaparecidos. Nós, eu e o deputado Jorge (Hueck), que era do Rio Grande do Sul, conseguimos o apoio necessário dentro do Congresso, e essa CPI foi boicotada porque, quando ela se tornou irreversível... Ela foi apoiada

pela bancada do MDB, por incrível que pareça. O líder da época era o deputado Alceu Colares... Freitas Nobre, melhor dizendo, Freitas Nobre deu o apoio, mas a ala Tancredo Neves e Thales Ramalho, eles insistiam nos riscos de ter uma CPI desse tipo, em termos de desestabilização. Nós conseguimos aprová-la; mas depois, por uma jogada do governo, ela não conseguiu entrar na pauta. Mas aprovamos, eu consegui aprovar uma outra CPI, do Baumgarten, a chamada CPI da... aquela... O nome não foi Baumgarten. Mas era para indiciar o Baumgarten. A memória ajuda de vez em quando mas dificulta em outros aspectos. Era uma CPI muito interessante, porque ela tinha... Aquela empresa dos militares. Não me lembro o nome.

M.M. – Era Coroa – Brastel?

A.S. – Não. Coroa – Brastel, não. Era uma... Daqui a pouco ela volta. Depois eu faço um glossário atrás, no final, dessas coisas que ficam no ar. E essa CPI do Baumgarten foi também uma CPI muito arriscada, porque as pessoas não queriam mexer naquele escândalo do desaparecimento do Baumgarten, isso mexeu com o general Nilton Cruz, que estava em Brasília... Enfim, tudo isso somado e as atividades dos outros companheiros foram, na verdade, um confronto permanente, que levava a um desgaste progressivo dos setores mais radicais das Forças Armadas. Na medida em que nós expúnhamos, a nossa orientação era essa, expúnhamos, nós criávamos tensões sociais, criávamos pressão em cima das forças armadas, e os setores mais liberais, sem dúvida nenhuma, tinham um pouco mais de alento para poder evitar o... Vamos dizer, a ditadura tinha vários rumos para poder prosseguir. Ela podia prosseguir para... (vou resumir) para a ala Geisel, que significa um processo de abertura, chamado lento, gradativo, como ela podia ter evoluído para a ala Silvio Frota, que significaria Maluf, fechamento, etc. etc.. E nós conduzimos a coisa no sentido de ter sempre essa noção de que havia uma correlação de forças dentro das Forças Armadas e dentro dos sistemas de apoio à ditadura. Uma certa época passou a haver uma pressão muito grande dos americanos com relação a tortura no Brasil, nós éramos procurados constantemente pela embaixada americana para passar informações, etc. etc.

A. F. – Já no período do Geisel.

A.S. – Já no período Geisel. E nós, eu, principalmente, o Lysâneas, sentíamos que havia essa dualidade. O colégio eleitoral foi um episódio em que, para mim, era um jogo muito claro de que era mais uma fase do processo. E não era uma questão partidária, que eu devia fazer o meu partido ser mais idealista que os outros, ser melhor do que os outros. Não. Era uma questão

de ver o contexto político e ver para onde as forças que estavam lutando pela democracia podiam conduzir. E se naquele momento era participar do colégio eleitoral, tal como foi participar do MDB, eu não hesitei em... Perdi uma posição privilegiada que eu tinha, que eu era líder do partido fazia quatro anos, e voltei para um MDB já quercista, não é. Mas enfim...

A. F. – Só uma pergunta. Tu mencionaste várias vezes a questão da social democracia e também a tua não participação na luta armada, a não vinculação ao PCB. Como é que tu te definirias politicamente, em termos de concepção política, de opção ideológica, como é que tu te situavas nesse período?

A.S. – De brincadeira, no movimento estudantil, nós éramos chamados de guevaristas independentes. Porque eu nunca... Embora tenha tido sempre muito boas relações com o PC do B, e grandes amigos lá, inclusive, chegaram a me apoiar, o MR-8, quando eu fui candidato, chegou a me apoiar, eu nunca tive vinculação orgânica. Quando estudante, eu entendia que não eram os estudantes que iam fazer a revolução armada no Brasil. Isso ficou claro na minha cabeça. Embora a sedução, que atraía os meus companheiros, era uma coisa... e a necessidade de enfrentamento de muito deles guerreiros mesmo, que foram para o sacrifício – eu tinha mais de duas dezenas de amigos pessoais que foram para o sacrifício, foram assassinados friamente, presos, torturados até a morte, enfim –, mas eu tive claro para mim que não era dali que saía o suporte para uma revolução no país. Nós éramos uma pequena burguesia. Por tudo que eu tinha lido, eu via, claramente, que não sairia dali. Lamento dizer hoje que meus companheiros foram sacrificados, foram levados por uma proposta que, a experiência mostrou e mostraria de novo, que não era o caminho. A partir daí...

M.M. – Não deu certo.

A.S. – Não, não deu. E não poderia dar. Sem participação popular... Quantas vezes, eu tinha companheiros aqui que não tinham... o sujeito: eu preciso me esconder, não tenho como me esconder; estou sendo procurado. E eu, como advogado de preso político, recebia esses apelos e... o que fazer? Não é verdade? Então sempre vivi num limite ali, onde eu tinha todos os contatos com os companheiros que foram para a luta armada, mesmo quando estudante, como também como advogado, porque nós visitávamos os que estavam presos, circulava informações entre os presos...

M.M. – Essa experiência de advogado, eu acho que ela dá uma abordagem...

A.S. – É. Porque nós transcendíamos os limites à medida em que nós nos víamos no dever de passar informações que vinha da prisão e de fora da prisão para os presos, que evitassem sacrifícios, assassinatos. Às vezes, a notícia circulava, de que um companheiro chegou do DOI-Codi e abriu o nome de fulano. Precisamos avisar que esse fulano está com a cabeça a prêmio, não vai ser preso, vai ser assassinado. Qual é o advogado que pode recusar a fazer isso? A comunicar à família, para que a família tome uma providência? Ninguém poderia deixar de falar isso. Por isso que sempre foi uma área de risco permanente. E depois, quando deputado, também nós, no grupo autêntico, nós fazíamos um trabalho de meio de campo entre vários companheiros que ainda continuavam...

M.M. – Você já viu o filme *Zuzu Angel*?

A.S. – Não. Estou louco para ver. Não vi ainda. Mas eu, na época, convivi com essa situação. Porque nós acompanhávamos o trabalho que a mãe fazia. E ela fazia um trabalho independentemente de organização política partidária. Ela fazia um trabalho com o prestígio que ela tinha, com os amigos que ela tinha e tal. A filha, no momento, não acordou para isso. Ela não era uma figura que se podia dizer estava ao lado da mãe; na época, as informações que eu tinha... Não vi o filme.

M.M. – É. Não, não estava mesmo. Nem na época nem depois.

A.S. – É. Porque ela vivia um outro mundo. Nem se podia exigir dela. Mas... E depois, o assassinato dela, que foi uma barbárie a mais cometida pela ditadura. Isso foi... Mas a nossa experiência nos levou, como deputado e como advogado, a procurar sempre, não só no Brasil como fora do Brasil, apoiar. Por exemplo, no caso do Flávio (Kutz), que hoje é líder, foi líder do partido na Assembléia Legislativa, nós fomos a Buenos Aires, conseguimos descobrir a prisão que ele estava confinado... Eu e a mãe dele, dona Clara. E o Flávio, não sei como ele é lúcido e vivo até hoje, porque ele ficou mais de um ano sem poder conversar com quem quer que fosse; confinado numa prisão, só recebendo comida por baixo da porta, sem ter acesso; ele se divertia com os insetos que apareciam. A história do Flávio é uma coisa fantástica. Como ele sobreviver, não sei. E foi solto por circunstâncias que... Claro, eles não dizem isso porque interessa dizer que foi o movimento da Quarta Internacional Socialista que soltou. Mas na verdade, eu descobri que ele tinha sido preso junto com o filho do embaixador brasileiro lá, na Argentina. Paranaguá, o sobrenome. E quando eu descobri isso, disse: “Cadê o rapaz?” – “Não, o rapaz foi solto.” Então, veja como é que é. Num entendimento do Cone Sul, houve um

pedido dos militares brasileiros para soltar o filho do embaixador, mas o Flávio ficou preso. Quando eu descobri isso, eu vim a Brasília, como deputado, falei com o Silveira, (Azeredo da) que era o ministro (das Relações Exteriores). Eu digo: “Olha, eu quero soltar o Flávio. Eu não quero fazer disso um fato político. Mas eu tenho na mão um discurso que vai trazer muitos problemas, embaixador.” “Qual é?” “Vocês soltaram, pressionaram a ditadura argentina para soltar o filho do embaixador, e mantiveram o outro preso.” Aí foi um corre-corre. Eu sei que, em menos de um mês, o Flávio foi solto na Argentina. Quer dizer, esse jogo... Quer dizer, o que faria uma pessoa que não tivesse uma experiência maior? Teria feito um proselitismo político, para faturar prestígio, essa coisa toda. E essa história, ninguém fica sabendo, nem deve isso ser divulgado.

M.M. – E naquele momento, divulgar seria muito complicado.

A.S. – Seria pior até para ele. Porque podia haver uma represália contra ele lá dentro. Enfim. Essas experiências acumuladas foram levando a comportamentos muito... eu acho que com muita consequência, que não tiveram repercussão, não tiveram nada e...

M.M. – É nesse contexto, então, que você começa os contatos com as lideranças sindicais do ABC?

A.S. – Com as lideranças sindicais, quando, em 78, o movimento ficou aguçado, nós do grupo autêntico recebemos um apelo para dar apoio lá. Então... Foi a primeira vez que eu estive com o Lula, foi no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ele como presidente. Ele levou quarenta minutos para me receber lá. E eu era deputado federal. Porque, já naquela época, as lideranças sindicais tinham a altivez, que era necessário que tivessem, teriam que ter mesmo. Mas é claro que isso não me importunou em nada. E eu tive o privilégio de ter um dissidente da Arena do meu lado, que eu ia buscar no aeroporto e levar, que era o senador Teotônio Vilella, que tinha deixado de ser o senador da Arena para ser um... Então, isso deixava o Quéricia e o Montoro numa situação muito difícil em São Paulo. Eles eram os dois senadores por São Paulo, do MDB, que não tinham coragem de ir a São Bernardo. Foi preciso Teotônio vir de lá de Alagoas para começar a mexer aqui. E isso deixava eles incomodados. Eu sei que Teotônio foi de grande valor nesse sentido, que ele tinha essa visão mais ampla. Era chamado de poeta por muitos lá, mas na verdade era... ele teve uma guinada política muito importante. E nessa militância em São Bernardo, nós (militamos) uns vinte. Nós éramos os deputados que íamos à

porta de fábrica de manhã, nós éramos os deputados que íamos às greves, para, com a nossa presença, dificultar a repressão.

M.M. – Quem eram os deputados que iam?

A.S. – Que iam nesses movimentos? Vinha de Mato Grosso o deputado Antonio Carlos, que era do PT, que também era do MDB, que aderiu ao PT; nós tínhamos a companheira Beth Mendes, que depois se elegeu deputada mas na época ainda não era deputada; ela se elegeu em 82 – que também participava como atriz, mas já no caminho de ser deputada. Vinha de São Paulo, tinha o deputado Geraldo Siqueira, Fernando Morais, Marco Aurélio Ribeiro, esses eram deputados estaduais. Deputados federais por São Paulo... Nós tínhamos o Goldman, que era deputado estadual; mas o Partido Comunista tinha uma posição meio dúbia ali no movimento. Vocês devem ter coletado esses dados já. Eles davam apoio, mas não eram de ir para a linha de frente, para ficar ao lado dos trabalhadores. E nós então... Deixa ver se eu me lembro qual era o deputado federal estadual de São Paulo, federal, que tinha.

A. F. – Suplicy era estadual.

A.S. – O Suplicy era estadual. Suplicy também ia. Fernando Morais, Suplicy, Geraldo Siqueira, Marco Aurélio Ribeiro, esses que iam a São Bernardo para dar o apoio direto.

M.M. – E como é a sua idéia de se envolver com a formação do PT?

A.S. – Foi o entendimento de que...

M.M. – Teve o processo de apoiar as greves. E depois... Porque muita gente apoiou as greves; mas nem todo mundo foi participar da formação do PT.

A.S. – É, exatamente. Por quê? Eu estava verificando os limites da frente de oposição, constando que um grupo autêntico dentro de uma frente disforme como era o MDB não levava a resultados conseqüentes. E que, também, a frente da oposição não possibilitaria uma organização de base, com base política e social, que pudesse, de fato, conduzir a luta dos trabalhadores no país inteiro. Então, ao mesmo tempo que surgiu a idéia do PT, antes tinha surgido a idéia de nós colaborarmos no surgimento de uma central sindical, que pudesse ser livre dos pelegos. Foram dois movimentos concomitantes, com que eu me vi envolvido. O meu sócio hoje, Marco Aurélio Ribeiro, que era deputado estadual, colaborou muito na formação da CUT, como advogado. E eu, no processo de formação do PT. O processo de

formação do PT foi muito interessante porque... Para vocês terem uma idéia, não havia nenhuma estrutura. Os sindicatos não podiam desviar recursos para organizar o partido, obviamente, estavam sendo supervisionados. Então eu tinha um escritório de advocacia, que era ali na Brigadeiro Luís Antonio. Uma casa. Travessa Brigadeiro, 21. Naquela casa nós montamos a sede nacional do PT, (), a sede estadual do PT. Porque aquilo ali era o diretório da Bela Vista do antigo MDB. E ali tinha sido sede do Comitê Brasileiro de Anistia e, além de tudo, funcionava como sede do Grupo de Teatro União Olho Vivo do Edival Piveta, que era o meu sócio, que era conhecido como César Vieira. Fazia um teatro de periferia. Faz até hoje. E aí então, adicionava-se tudo isso ali... E como não havia como sustentar, aquela estrutura que existia ali, que era meu escritório, passou a ser então a base do PT para articulação. Ficaram ali... eu não me lembro se chegou a ficar dois anos. Mais de um ano. Não sei até quando. Não me lembro quanto tempo. Depois, eu procurei um local, ali na rua Santo Amaro. Passando ali, vi que tinha uma garagem de automóvel que tinha desocupado, um galpão grande, conversei com as lideranças, disse: “Olha, precisamos ampliar isso aqui porque... Não dá para ficar lá.” E aí nós mudamos para a rua Santo Amaro, transferimos a sede para lá. Botamos um balcão na frente para vender material e atrás, dividimos aquele grande salão em espaços, para botar as coordenações que existiam e tal. A Irma Passoni era deputada, já tinha se eleito deputada... Ah, a Irma Passoni também estava. Eu posso estar cometendo injustiça, mas vocês sabem que ela...

A. F. – É a nossa próxima entrevistada.

M.M. – Vamos conversar com ela hoje à tarde.

A.S. – Então. A Irma Passoni era a coordenadora do diretório estadual do partido, acho que era secretária, e a coisa funcionava ali. Nesse espaço de tempo também, eu quando deixei o MDB, onde eu era vice-líder do partido, e fui para o PT, a bancada, foi uma bancada que nós trouxemos de outros partidos, porque nós não tínhamos. A eleição só foi em 82. Então, conseguimos cinco deputados federais, que compuseram essa bancada. Que eram, do Mato Grosso, o Antonio Carlos, o de Santa Catarina, Luís Siquinel, eu, veio o deputado Ademar Santillo, de Goiás, e... quem é o outro deputado da bancada? Tinha mais um. Depois vocês vêm. Que fizeram parte dessa primeira bancada.

A. F. – O Lysâneas não era?

A.S. – Não. O Lysâneas, ele era deputado federal, mas ele continuou um período ainda dentro do PMDB. Ele, Chico Pinto. Eles achavam que ainda não era o momento para ir para um partido, etc..

M.M. – Ele entra em 81. Porque em 82 ele é candidato a governador.

A.S. – Ele disputa, é. Ele foi cassado. E depois, voltou e ingressou no partido. Vocês devem ter informações sobre esse encontro de São Bernardo, que nós tentamos fazer com as lideranças sindicais; que depois, ele foi minado, o pessoal do MDB, o pessoal do PC. Tudo isso, vocês devem ter informação sobre isso.

A. F. –É. Nós já ouvimos vários relatos.

A.S. – Foi a primeira experiência. E eu me lembro muito bem de ter, como era vice-líder do MDB, procurei trazer o grupo autêntico todo para cá; mas aí não consegui impedir que viessem outros...

A. F. – Isso foi em 78.

A.S. – É, 78. Foi no hotel ali...

A. F. –Pampas.

A.S. – No Pampas, é. Mas nós não conseguimos evitar viessem aqueles que a gente sabia que vinham para... para evitar que... Até Alceu Colares veio. Então nós queríamos pegar os exilados, que pudessem participar de um partido novo, os que vieram do exílio, procurar as lideranças autênticas, o pessoal do movimento sindical, lideranças das universidades. Isso era um sonho, de ter um partido com um perfil que pudesse unir. Seria social democrata. E também tínhamos antagonismo de todas as organizações de extrema... a chamada extrema esquerda, embora eu não goste de usar essa expressão, organizações de esquerda, quer dizer, o trotskistas de todos os gêneros, que viam nisso uma traição. Eu, durante muito tempo, fui considerado o deputado do PT do parlamento da ditadura. Eu era do parlamento da ditadura. Então... Era uma coisa interessante isso.

A. F. – Mas a idéia era um partido de esquerda não comunista.

A.S. – Um partido de esquerda com viés socialista, a ser definido, obviamente.

A. F. –Abrigando aqueles socialistas mais de esquerda.

A.S. – Exatamente. E eu sempre tive um problema dentro do PT, que a minha postura sempre foi, diante dos grupos organizados, uma postura que eu tinha aprendido com um companheiro do Partido Comunista Italiano que esteve aqui, um senador. O que ele me ensinou? Ele me ensinou o seguinte: “Olha, lá, nós damos guarida a todas as organizações políticas que não podem ter espaço legal.” Lá, não pela repressão, por falta de preencher requisitos que a lei determinava. “Eles disputam eleição, mas nós não permitimos que eles se organizem dentro do PC, do Partido Comunista Italiano. Eles podem disputar eleição, podem eleger seus deputados; agora organizar, aqui dentro, não pode.” E essa foi a minha grande briga dentro do partido, nas reuniões da executiva, eu achava, nós temos que dar guarida, mas não podemos deixar confundir a nossa organização com a organização, que tem uma orientação que vem de lá da... De onde quer que seja. E isso, mais tarde, veio a criar dificuldades. Os grupos... não digo que eles não contribuíram para o PT, porque muita gente nesse caminho deixou as pequenas organizações que tinha e veio e contribuíram muito para o partido. Mas outros não, continuaram a se organizar dentro do partido. Eu me lembro de uma conversa minha com Genoíno quando se elegeu deputado. Eu disse: “Genoíno. Você está chegando aqui em Brasília, nós somos oito deputados. Eu queria saber o seguinte: você vai ser um deputado do PT ou vai ser o deputado de sua facção, dessa facção CG?” Falou: “Não. Eu sou deputado do PT.” Falei: “Pois é. Se for deputado do PT, você vai ser vice-líder. E escolhe a comissão que quer participar.” – “Não, eu não sei.” Falei: “Olha, estou precisando de um cara com seu perfil para a Comissão de Justiça, porque não tem nenhum advogado na bancada, a não ser eu.” – “Mas Comissão de Justiça? Eu sou professor de história.” Disse: “Não, não precisa ser advogado para a Comissão de Justiça. Eu quero que você vá lá... O João Gilberto, do Rio Grande do Sul, não é advogado, é um grande deputado na Comissão de Justiça. Você é inteligente suficiente para aprender isso num curto espaço de tempo. E aqui, isso vai ser definido, vai ter regimento. Agora... faz um favor. Nós somos PT, está bem?” – “Não, não, fica tranquilo.” Tanto é que Genoíno deixou aquele grupo que ele tinha e veio, assumiu o PT como um todo. Então, isso sempre gerou contra mim muitos movimentos dentro do partido, porque eu não era flexível nesse espaço. E o meu raciocínio sempre foi esse. Tem legenda, mas não confunde. E agora eu soube, uma coisa curiosa, veja. Eu sou advogado de uma petista de Mogi das Cruzes, que é ligada a uma corrente trotskista, que é do Ivan Valente, esse pessoal que saiu do PT e foi para PSOL. Eu respeito muito essa moça, ela é uma injustiçada lá, eu consegui manter o mandato dela. E qual é a curiosidade minha? Como ela não é do mesmo

grupo da Heloisa Helena mas eles aderiram, eles não deixam eles se organizarem e organizar o partido lá. Não deixa organizar o PSOL lá me Mogi. Ela está certa. Ela tem uma orientação política, ideológica para o PSOL e não pode deixar que outros, que têm outra orientação... a não ser que se faça um grande acordo, que se chegue a denominador comum. Agora, de novo, fazer uma frente de ultra-esquerda? Eu acho que é isso que a Heloisa Helena não está querendo.

A. F. – Eles estão com nove tendências já.

A.S. – Nove tendências. Mas eu soube que ela não deixa eles se organizarem dentro do PSOL. Isso é muito curioso. Era a posição que eu tinha naquela época. Não deixo de reconhecer que os companheiros... Paulo Skromov. Skromov era um cara organizado fora, que veio para dentro e acabou ficando dentro. Eu não sei hoje. Vocês já entrevistaram o Paulo. Eu não sei hoje.

A. F. – Está muito petista.

A.S. – É PT, não é? É. E esse, sim. Agora os outros... acabaram...

A. F. – Deixa voltar um pouco. Você teve o primeiro contato com o Lula, junto com o Teotônio. Essa primeira idéia, de um partido socialista mais amplo, ela chegou num certo impasse, teve gente que foi para um lado e gente que foi para o outro. Como é que foi a tua opção de ficar com o projeto do PT?

A.S. – Olha, foi uma opção que não foi fácil tomar, porque a maioria dos meus companheiros do grupo autêntico achava que não era o momento ainda de ir para o partido. Tanto é que poucos... O Chico Pinto, na Bahia, tinha tudo para ter vindo para o PT, o Jorge Hueck, no Rio Grande do Sul. Mas eles tinham realidades nos estados que não davam uma sustentação política para uma definição deles. Eles conseguiram levar o eleitor deles a participar do MDB. Mas os estados eram mais atrasados. São Paulo tinha uma vanguarda. E aqui, ficava mais fácil para nós aderirmos ao partido. Embora não eleitoralmente. Por quê? Porque veio o voto vinculado, que foi um golpe para quem já vinha de outros partidos. Por quê? Porque para votar em mim o sujeito tinha que votar no Lula. Então, eleitor meu de Pirajuí, que tinha me dado em Pirajuí mil e duzentos votos...

M.M. – Não ia querer votar no Lula.

A.S. – Não. O resultado, em 82, foi que eu tive cento e oitenta votos. Em Lins, eu tinha tido seis mil e quinhentos votos, eu passei... lá, foi terrível, foi para seiscentos e dez votos. Por quê? O sujeito chegava para mim, falava: sou seu amigo, Airton, mas... vou votar no Lula? Não vou votar no Lula.

M.M. – A eleição de 82 foi terrível.

A.S. – Foi. Ali foi um negócio terrível.

M.M. – Tinha aquele negócio do voto útil também. Que o PT era um partido que não tinha futuro, que não ia conquistar nada.

A.S. – Exatamente. Mas eu aumentei minha votação, do MDB para o PT.

M.M. – Mas com outro tipo de eleitor. Da capital, mais à esquerda.

A.S. – Outro tipo de eleitor, claro. Eleitores mais à esquerda, mas...

A. F. – É. O Antonio Cândido, por exemplo, narrou um pouco sobre essa questão. Entre os intelectuais, num primeiro momento, você tem esse grupo que participa de alguma maneira desse debate de construção de um partido socialista e depois acaba não só ficando no MDB mas virando, futuramente, embrião do PSDB.

A.S. – É. É o caso específico do Weffort. Weffort era um grande ideólogo dentro do partido, quer dizer, a cabeça privilegiada. Nós contávamos que ele ajudaria a pensar uma saída. Porque nós tínhamos o quê? Um movimento estruturado de luta e reivindicação, na mão de líderes ideologicamente despreparados. Quer dizer, porque não tem ideologia é despreparado? Não. Sem discussão ideológica, com toda aquela experiência de luta ali acumulada e uma vontade de...

M.M. – Construir uma coisa nova.

A.S. – O grande papel do Lula foi entender o seguinte: olha, eu não posso ficar preso só aqui, vou aumentar o salário do cara dentro da fábrica. Eu não posso fazer só isso porque eu tenho aqui, já, em São Bernardo, uma elite. E como é que eu faço isso no Brasil inteiro? Não dá para fazer com o sindicato de São Bernardo, muito menos dentro da estrutura sindical. Eu tenho que ter um partido. Isso é que foi amadurecendo. E a liderança do Lula era tão grande que, quando eu fui ao interior do Piauí, (isso eu não me esqueço nunca) chamada Canto do Buriti, eu desembarquei em Teresina e tinha uma Kombi que ia me levar até lá...

M.M. – Quando é isso?

A.S. – Isso foi na organização do partido, em 79 – 80. Que ficava a quatrocentos quilômetros de Teresina. Quando eu entro na Kombi eu vi que o cara que estava dirigindo, tinha dirigido a noite inteira para voltar comigo, ele estava meio trôpego. Eu disse: espera aí. Eu vou dirigindo isso aqui. [risos] Era um pessoal que tinha uma base na igreja, um movimento na igreja, não tinha gente de organização política conhecida, era o pessoal base da igreja. Eu disse: “Com quem nós vamos reunir lá? Quem é do PT?” – “Não, não, do PT não. Nós vamos com o pessoal do Lula. Que tem um grupo lá que apóia o Lula.” Então, eu cheguei em Canto do Buriti, eu tinha um grupamento de pessoas comigo, trazidos por uma base da igreja, que tinha como liderança o Lula; não queriam discutir partido. Eu digo: o que é que é aqui? Eu quero participar com o Lula. Ah, então... Nós estamos organizando um partido, um núcleo de base... E vem aquela coisa toda. E o papel da igreja foi muito importante nessas áreas, porque a igreja estava na frente.

A. F. – (O sindicato) tinha uma boa relação com o pessoal da igreja?

A.S. – Com a igreja? Porque ao mesmo tempo que nós participávamos aqui do apoio a São Bernardo, nós, como deputado, a partir de 75, começamos a dar apoio a todo movimento de periferia. A Irma Passoni surgiu aqui na Zona Sul, ela e o Almerindo, ela, uma freirinha jovem, (não vai dizer isso para ela, quer dizer, uma freirinha jovem, mas ela ainda era freira) e o movimento que o monsenhor Ângelo dava cobertura, na Zona Sul, e nós... Por exemplo, para que servia o deputado Airton Soares? O deputado servia para ir lá porque havia muito medo da comunidade em participar das reuniões; mas quando sabiam que ia estar presente um deputado, o deputado dava a eles uma certa segurança. Quando sabiam que o deputado era advogado então, dava mais segurança. Então eu sabia que o meu papel era esse. Meu papel não era ir lá e dizer vocês vão fazer isso, vão fazer aquilo, porque havia já uma estrutura aí nascendo. Nessa área de organização, trombavam muito com o PC do B. Tanto é que o Aurélio Peres surgiu nessa estrutura; só que quando o PC do B descobriu essa liderança, foi lá e cooptou o Aurélio para o PC do B. E trabalhou no PC do B. E ele foi um grande deputado, com origens populares, essencialmente populares, do PC do B de São Paulo.

A. F. –Operário.

A.S. – Operário, exatamente. Então, isso nós fazíamos muito. Nós, quando no Onze de Agosto, trabalhamos muito com os loteamentos clandestinos de São Paulo; e dávamos apoio também à organização dos trabalhadores nessa área. Então... Eu me esqueci de lembrar desse viés, que isso vem desde o Onze de Agosto, de apoiar os movimentos da periferia. Começamos com os loteamentos clandestinos. E aqui, era o movimento do custo de vida, na Zona Sul, que discutia essa questão e tal. E quando advogado, no loteamento clandestino, nós apoiávamos diretamente, porque tratava-se de regularizar documentação, cuidar disso; e no movimento mais político, a nossa presença como deputado era mais no sentido de dar a eles o respaldo, para poder ter segurança e fazer. Isso ao mesmo tempo que tinha a UNE. Embora sabendo que a UNE sempre tinha lá uma corrente política que conseguia... Depois que acabou aquele período de 69 – 70, o PC do B ganhou muito espaço e passou a ser a força hegemônica dentro da UNE. E nós sempre tivemos estreita relação. Tanto é que o congresso da UNE da Bahia, eu me lembro ainda, José Serra tinha chegado do exílio, era o último presidente da UNE, e eu contribuí para que o José Serra fosse ao congresso, primeiro congresso legal da UNE, em Salvador. Como chamava o rapaz lá? Que nós fizemos, aberto. E o Zé, eu lembro até de ter mandado passagem para o José Serra, para ir junto comigo lá nesse congresso, onde nós fizemos um simbolismo da UNE e do Serra com a UNE, para... nessa época.

A. F. – A reconstrução.

A.S. – É. Então tinha, o papel do deputado que se elegeu naquela circunstância era, exatamente, estar integrado a esses movimentos, porque o parlamento... pouco resultava. Uma maioria... O parlamento era instrumento de luta, de denúncia e de pressão. Se desarticulado com a sociedade, era uma peça morta; se articulado com a sociedade civil que se organizava, somava. Então... Eu acho que esse foi o meu papel na época.

M.M. – E você participou da reunião do Colégio Sion?

A.S. – Colégio Sion. E no Colégio Sion houve situações curiosas. Nós trouxemos um político de Goiás, um senador muito respeitado, Henrique Santillo, e trouxemos, também, uma figura que ficou muito conhecida em Brasília, que é o governador Roriz, na época era um deputado estadual de Goiás, que era um fazendeiro. Chegamos até, eu, Lula, etc. fomos nos reunir lá, com o grupo de Goiás, na fazenda do Roriz, que ele trouxe um monte de políticos, o Henrique Santillo, que iam aderir ao PT em Goiás. E o Santillo era um homem de muitas convicções políticas, muito sério. Foi senador, foi governador, e morreu pobre. Isso para mim...

Essas pessoas que passam por esses cargos e continuam pobres, para mim são exemplos, sabe, porque as tentações são muitas. E quando nós chegamos no Sion, que eles chegaram, eu me lembro da vaia quando fomos anunciar. [ri] Nós recebemos no Sion. Tanto é que isso ajudou que eles se afastassem um pouco. Eles não aderiram. Até o Ademar Santillo, que tinha aderido num primeiro momento, depois refluíu, porque... só não fomos apedrejados porque não deixavam entrar com pedras dentro do Sion, as freiras não deixavam. Mas, na verdade, a vaia foi muito forte; e até afugentou essa adesão e futuras adesões. Isso foi bom ou foi ruim? Não sei. Não sei. Se tivesse vindo um grupo maior de parlamentares, talvez pudesse ter trazido alguns vícios para dentro do partido, não é, em organização. Vícios que, felizmente, nós do grupo de oposição autêntico não tínhamos. Por exemplo, o que é que me acusam em Pirajuí? Qual foi a ponte que ele trouxe para a cidade? Tem alguma coisa que ele conseguiu verba para construir aqui? Em Lins, a mesma coisa. Esse deputado vem aqui e... O que é que ele fez pela cidade? Porque essa era... a base eleitoral dos políticos era isso, não é.

M.M. – É. E até hoje.

A.S. – E eu nunca... Eu nunca consegui um emprego para ninguém da família, nem agora, quando o PT está no governo. Graças a Deus. Eu sou um deputado não é para arrumar emprego. [ri] Muito menos para a família. Então, esse vínculo com o Lula vem dessa fase, da fase inicial mesmo, de lá em São Bernardo e a porta de fábrica. E depois, tem um episódio interessante, quando cercaram a igreja matriz de São Bernardo e que Osmarzinho era... Ali foi feito um grande complô. A extrema direita queria criar um fato político de repercussão imprevisível. Tal como o Rio Centro foi criado no Rio de Janeiro, de repercussão imprevisível. Não explodisse aquela bomba... Sabe-se lá o que tinha por trás daquela organização de repressão que estava lá, que fugia ao controle do presidente da República, era uma coisa que corria mais em nível dos DOI-Codis, da ultra-esquerda (?) e tal, que nós conhecíamos muito bem. E em São Bernardo montaram um esquema desse também, quando daquele cerco da igreja matriz, para prender o Osmarzinho e o Alemão que estavam lá na igreja. E o DOPS não prendia. Então, o DOI-Codi resolveu fazer. Então a tropa cercou, Quitaúna foi mobilizada e... e nós tínhamos lá o quê? Eu consegui levar o Osmarzinho para dentro da Assembléia, que ele foi escondido no meu carro e apareceu dentro da Assembléia. Porque o Lula estava preso. Era uma fase muito difícil. Lula estava preso e quem alimentava as assembléias eram os líderes que ficaram, o Osmarzinho e o Alemão. E eles ficaram escondidos, porque senão seriam presos.

Tinha um mandado de prisão contra eles. Mandado de prisão entre aspas. E o Osmarzinho e o Alemão ficavam escondidos no meu apartamento, porque era apartamento de deputado, não vão violar. E eu os levava para as assembléias. Numa dessas, entram quatro agentes do DOI-Codi... Olha o nível de provocação. Quatro, desarmados, entram na sacristia, na igreja, onde estava o Osmarzinho para falar. “O senhor está preso.” Sacaram uma algema não sei de onde e algemaram Osmarzinho. O que é que ia ser? Na medida que nós vimos isso, eu... está aqui uma provocação pronta, não é. Os operários não iam deixar Osmarzinho sair preso dali. Tinha um delegado do DOPS que era ligado ao Tuma. A grande competência do Tuma foi sair da extrema-direita e vir se acoplar ao Paulo Egídio e ao esquema de abertura do Geisel. E o Tuma sentiu também. E o delegado dele lá do DOPS quando informou o Tuma... Que o Tuma não tinha prendido Osmarzinho. Tinha prendido os outros, não tinha prendido Osmarzinho. E o Exército então, com a ultra-direita, resolveu que tinha que prender o pessoal, de honra; mas, na verdade, era uma provocação. E nós tivemos o bom senso de negociar com o esquema do Tuma a entrega do Osmarzinho. Para você ter uma idéia, o DOI-Codi tinha botado as pessoas armadas, à paisana, com metralhadoras, todos ali infiltrados no meio. Tem fotos disso que mostram. E nós fizemos um corredor polonês... A PM, àquela altura, o coronel que comandava ali dizia para mim: “Os paisanos, eu não consigo controlar os paisanos.” Tem fotos deles, a gente cochichando, o cara com aquela cara e tal. E como é que vamos sair dessa? Foi um momento de grande tensão. Acho que ali foi um dos maiores alçapões que a ditadura, a extrema-direita montou. E aí nós conseguimos, fizemos um corredor polonês – com as forças da polícia – e Osmarzinho saiu. E Osmarzinho só ia no carro do DOPS se eu fosse junto, então fomos os dois numa viatura do DOPS, que foi protegida por mais outras duas viaturas, para levar Osmarzinho para o DOPS aqui em São Paulo, e evitar que houvesse... E aí não houve o pretexto para violência. Os paisanos estavam quebrando o comércio de São Bernardo, que a tática era desgastar as lideranças operárias, começaram a quebrar lojas, arrombar lojas, etc., a extrema-direita. E o comandante militar que estava lá, que era o coronel, que tinha cara, dizia: “Eu não controlo essa gente.” Isso é um quadro terrível. E felizmente, nós conseguimos superar isso daí, fizemos a assembléia e... e fundou o comitê solidariedade... Aí vem toda aquela decorrência desse processo. Então, daí a estreiteza da relação com o Lula. Quando o Lula preso, nós fomos advogado dele, impetramos *habeas corpus*, fizemos todo o movimento em Brasília, de denúncia das prisões, tudo isso. E nasceu uma boa amizade com o Lula, que perdura até hoje.

A. F. – Airton, e o movimento de legalização, de fundação do PT, depois do Sion? Porque aí tem uma série de batalhas jurídicas importantes.

A.S. – O movimento de fundação do PT... É. Essas batalhas jurídicas, elas... Mas o processo... Como nós tínhamos esses meios que eu acabei de narrar para vocês, tinha uma sede sem nada, por outro lado nós tínhamos... a liderança do partido em Brasília, que eu tinha conseguido montar, tinha conseguido um espaço; que era um espaço próximo do plenário, que eram duas salas (as outras tinham dez, vinte salas, nós conseguimos duas salas) e um espaço para a liderança, de apoio, ficava no edifício principal, no vigésimo primeiro andar. O secretário-geral do partido era o Weffort. Mas tinha o secretário de organização, que montou um esquema de organização lá em Brasília. Porque, lá, nós conseguimos, nós tínhamos telefone de graça, correspondência de graça, livre, nós conseguimos contato com o Brasil inteiro. Então o Chico Mendes não se reportava aqui a São Paulo, ele chamava a cobrar em Brasília. [ri] E assim por diante. Então, a partir dessa estrutura... Claro que aqui em São Paulo se fez, a área sindical se estruturou, houve, a partir daí, também, muitos... muito que... de uma certa forma, foi utilizada essa... esses sindicatos que tinham essas lideranças, para a organização, mas como eram muito visados, eram poucos. Essa estrutura que a liderança tinha contribuiu decisivamente para um partido nacional. Que foi onde se, a partir de Brasília...

M.M. – Estabelecer essas conexões.

A.S. – Estabeleciam todas as conexões, é. E todo o apoio. Custava telefone, custava correspondência, custava papel, custava tudo isso, e a liderança tinha. Era propriedade da liderança? Não. Nós tínhamos porque todas as lideranças tinham, só que proporcional ao nosso tamanho. E pudemos, então, botar esse serviço, lá, de organização nacional para funcionar. Isso ajudou muito. E os poucos deputados que tinham, eles visitavam, viajavam pelo Brasil afora. Eu dei a experiência do Piauí, mas foram vários estados, com o Lula, fazendo os comícios, essa coisa toda. Essa estrutura eu me lembro de ter funcionado razoavelmente bem.

A. F. –E, nesse período de realização, a legislação é extremamente restritiva.

A.S. – Era restritiva, é. Mas conseguimos cumprir os... Não foi difícil cumprir. Na verdade, precisava ter... Era uma questão de cartório mesmo. Um número mínimo de filiados, uma estrutura nacional, em cada estado tantos e tal. E isso não foi difícil fazer. E também, quero dizer, não houve repressão direta nisso, nem endurecimento do Tribunal. Não houve uma

orientação de veto. Por quê? Isso eu não sei. Mas dizem que interessava, a essa altura, a pensadores da ditadura, como Golbery, que surgisse um partido tal; que eles ainda, então, achavam o Lula uma pessoa que podia se conversar, etc. etc., que não era um comunista. Então eu acho que houve essa... Não tenho dados sobre isso.

M.M. – Esse entendimento.

A.S. – Não, nunca houve um entendimento.

M.M. – Não. Esse entendimento, não. Essa compreensão.

A.S. – É, compreensão. Houve. Mais tarde, na experiência, eu vivi uma situação muito curiosa, que envolveu diretamente essas áreas mais esclarecidas do governo Geisel, quando Teodomiro fugiu da Bahia. Teodomiro Santos, que estava preso, tinha matado um tenente lá, e ficou em liberdade vigiada, depois de não sei quanto tempo de prisão. E o PCBR resolveu que Teodomiro tinha que sair do país. Então acionou a mim e o Chico Pinto para darmos apoio para ele num embaixada em Brasília. E nós recebemos o Teodomiro; veio lá, levamos, enfiamos ele na Nunciatura Apostólica, e aí fomos pedindo exílio. Ele foi para a França, essa coisa toda. Mas nesse processo, o Teodomiro veio...O PCBR acha que foi um esquema... Mas, nós estávamos em Brasília, permanentemente, tinha uma moça, numa moto, nos acompanhando, que nós achávamos que era da organização, que chegou a falar conosco... Porque o Teodomiro foi no meu carro, o carro do Chico Pinto foi na frente e o carro da organização foi atrás, para sair de onde ele estava escondido, que era o apartamento do Chico, para ir para a Nunciatura. E essa moça, qual era o papel dela ali? Ficou lá. Quando nós paramos na Nunciatura, ela ficou lá, longe, olhando. Está bem. Aí, quando foi saber do pessoal do PCBR – “Escuta, quem é aquela moça?” – “Que moça? Não existe moça. Não existe essa moça.” Bom. Mais tarde, quando veio a campanha do Euler Bentes, começaram as conversas entre setores nacionalistas e forças armadas com os deputados autênticos, essa coisa toda. Lembra disso?

M.M. – Lembro.

A.S. – E numa dessas, mais tarde ainda, houve um contato com o Portela, general Portela, que já não era mais importante, começou a se reunir com deputados em Brasília porque... a nós interessava estimular os setores mais democráticos das Forças Armadas, porque nunca acreditamos que a revolução popular ia derrubar a ditadura. Isso nós já sabíamos. Não tinha estrutura para isso. E começamos a conversar. E o Portela, uma vez, disse numa reunião: “É.

Nós colaboramos muito, indiretamente. Teodomiro, por exemplo, chegou em Brasília e felizmente, para nós, foi para o exílio.” Por quê? Porque a Aeronáutica queria matar o Teodomiro, que ele tinha matado um tenente da Aeronáutica. E o Teodomiro ficava dando sopa, entendeu? E a eles não interessa, àquela altura, que houvesse... Não a Aeronáutica. Desculpa. Os setores mais radicais queriam pegar o Teodomiro. E o negócio era esconder o Teodomiro. E vamos mandar para o exterior. Tanto é que a vingança do Teodomiro veio depois. Eles armaram um esquema, quando a mulher do Teodomiro foi para Paris, botaram cocaína na bagagem dela. Aí o Luís Rouanet foi acionado por nós, porque ela foi presa, desembarcou com cocaína em Paris. Então nós montamos nosso esquema lá com Luis Rouanet, com os outros advogados, com deputados do Partido Socialista, e conseguimos fazer com que ela fosse solta; mostrando que foi feito isso no embarque dela. Botaram na bolsa do bebê que ela estava levando cocaína. Quando chegou lá, a polícia foi direto. Receberam a informação. Ninguém ia revistar uma bolsa de bebê, não é. E pegaram. Leonel Jospain! Era o secretário-geral do partido. Depois, eu levei um grupo de parlamentares do grupo autêntico para se reunir... para se reunir conosco. Ele era secretário quando Mitterand... E essa experiência do Partido Socialista Francês nos deu grande... grandes ensinamentos.

M.M. – Grande apoio.

A.S. – Grandes ensinamentos também. Porque Mitterand conseguiu fazer a coalizão, depois ele fez a coabitação. Ali se viu os quadros do partido como eram limitados, não tinham.. determinadas áreas não tinham quadros competentes no partido. E tinha para quase todo... Por exemplo. Manteve o presidente da Air France, que era uma empresa privada... uma empresa pública, estatal, que não era... era um gaullista. O Mitterand não mexeu com ele. A empresa dava lucro, a empresa era próspera. Ele tinha... Por que ele vai tirar o cara? Porque não é do Partido Socialista? E ele não tinha ninguém para botar no lugar do cara, também. Quando tinha gente competente, eles colocavam. Foi o nosso problema aqui, quando chegamos no poder, a falta de quadros. Não vou falar nem da coalizão política, que foi mal elaborada, mas a falta de quadros foi um dos motivos... Quanta gente saiu do Rio Grande, porque tinha acumulado um pouco de experiência lá, para vir para Brasília? Um negócio de louco isso.

A. F. – E a campanha de 82? Você falou um pouquinho já. Eu acho que é bastante diferente o teu caso, um dos poucos que já tinha mandato.

M.M. – Mais experiência anterior

A. F. – De viver aquela precariedade das coisas, a lei Falcão...

A.S. – Foi. Na televisão, lei Falcão. Ou seja, os nossos candidatos apresentavam o nome, o número e a fotografia. Como a maioria deles eram companheiros da luta, então apareciam uns barbudos, uns caras que não tinham nada a ver com os outros candidatos, todos bonitinhos.

A. F. – Com uma folha corrida...

A.S. – É. Era a campanha da folha corrida. E o curioso é que nos elegemos, em São Paulo, cinco deputados federais. Eu não me lembro dos estaduais. Foi a Irma, foi Djalma Bom, Suplicy, a Beth Mendes e eu. E o Genoíno. Desculpe. Quantos deu aí? Seis, não é. E o Genoíno. E o Plínio ficou como primeiro suplente, Plínio de Arruda Sampaio. A campanha, uma campanha muito frágil em termos de estrutura, não tinha absolutamente... Nós não tínhamos bases ainda. Tínhamos contatos, núcleos na maior parte... uma parte dos municípios. E o grande trabalho mesmo eram as áreas mais politizadas, que foi feito. A estrutura da universidade foi importante. O resultado não foi ruim. Para aquela conjuntura, não foi ruim, foi um resultado bom.

A. F. – É que houve uma certa ilusão, em alguns momentos, pela receptividade em relação ao Lula, etc.. Tinha gente que achava que o Lula...

A.S. – É. Ia operar o milagre. Não. A coordenação, eu era da coordenação da campanha, a gente tinha o pé no chão. A gente sabia...

M.M. – Que não tinha condição.

A.S. – Não tinha nenhuma condição de chegar no eleitor. Se tivesse condição de chegar no eleitor, sem dúvida que ia ter um resultado muito melhor. Essas questões ligadas a campanha eleitoral são terríveis. O eleitor, é difícil você ter acesso a ele. Não tem um jornal, você não tem meios, não tem uma imprensa que divulgue sua postura política, sua posição política, fica solto.

M.M. – Como é que vocês viram a volta do Brizola? Na eleição de 82, ele arrebentou. Voltou para o Rio de Janeiro e...

A.S. – É. O Brizola, como eu disse no começo, nós chegamos a fazer algumas reuniões lá fora. O Arrais, certa vez, provocou uma reunião, convidou a mim, convidou o Márcio

Moreira Alves, chamou o Brizola e o Lysâneas que estava exilado na Suíça. Chamou o Brizola, que àquela altura já estava em Portugal. Não. No Uruguai.

M.M. – Mas foi a Portugal para a reunião.

A.S. – Para essa com Arrais, não. O Brizola sabia que o Arrais, na abertura, era adversário dele. Infelizmente, essas grandes lideranças nossas tinham um umbigo muito grande. A coisa funcionava muito em função do umbigo.

M.M. – É. Competiam loucamente.

A.S. – É impressionante. Eu convivi com o Almino aqui. O horizonte era o umbigo dele. O dr. Arrais, meu Deus do céu!

– Mas aí tinha uma querelinha, o Brizola e o Arrais.

A.S. – O Arrais tinha. Desde o tempo do Jango. Eram duas linhas completamente diferentes. Para vocês terem uma idéia, quando o Arrais voltou, quem organizou a recepção dele foi o Jarbas Vasconcelos. Que era um deputado nosso, do grupo autêntico. Cuidou de tudo e tinha contato com dr. Arrais. Dr. Arrais era um mito para ele, um deus. Chegou e tal, tal, tal... E o foi primeiro que o Arrais marginalizou. Porque via no Jarbas o potencial de ocupar o espaço; que acabou ocupando, à revelia do Arrais.

M.M. – Mas esses políticos pré 64 eram muito assim, não é. Brizola, depois do governo no Rio de Janeiro, todos os candidatos, todas aquelas pessoas que tinham alguma chance de se tornar um liderança expressiva foram detonadas.

A.S. – Exatamente. A começar até dos grandes amigos como Darcy. Quando o Darcy foi candidato, o Brizola deixou o Darcy à míngua. É uma coisa curiosa isso. Eu convivi com Brizola depois.

M.M. – E o Marcelo Alencar.

A.S. – A mesma coisa. Isso foi um corolário.

A. F. – Eu escutei pelo rádio, eu era novo, a chegada do Brizola, passada do Brizola pelo Rio Grande do Sul e ele batendo boca do Pedro Simon.

A.S. – Sim. Não. Ele chegou aqui, *eu vou fazer o PTB*, aí tiraram o tapete dele, deram para o Yvete, e ele foi... E com o PT, era um antagonismo... Só não era expresso. Mas era...

“Lula, nosso líder sindical.” [risos] Assim. E para nós fazermos o Brizola engolir o Lula na época... A expressão foi essa “sapo barbudo”, para ele poder apoiar o Lula no segundo turno.

A. F. – Em 89.

A.S. – Em 89. E já um outro espaço, não é.

A. F. –E o segundo mandato como deputado federal, tem alguma diferença?

A.S. – No PT foi meu terceiro mandato. Eu vinha de 74, me reelegi no MDB em 78. E depois, fundamos o partido, e aí eu me elegi pelo PT em 82. Então as pessoas...

M.M. – Mas ser deputado do MDB e depois pelo PT, como era a diferença nessa dinâmica parlamentar?

A.S. – Olha, eu não sou um bom exemplo porque eu sempre fui um deputado da ala esquerda do MDB, do grupo autêntico, mas dava para sentir a diferença. Por quê? Porque, quer queira ou não queira, estar inserido numa frente abre mais espaço do que estar num partido que até então era visto como sectário, etc. etc. Para vocês terem uma idéia, para eu conseguir um chefe de gabinete do PT, o sujeito ganhava um DAS 5, eu não encontrava um funcionário da Câmara que quisesse ser. [risos]

A. F. – É um ótimo exemplo. [ri]

A.S. – Até achei um. O Mário Weiss (Vaz), que depois... Era um poeta, que foi o chefe de gabinete que eu tive. Foi o que correu o risco de trabalhar no PT. Porque, até então, ninguém topava. Dentro da Câmara dos Deputados. Para vocês terem uma idéia. Esses espaços vão sendo, na verdade, conquistados. Eu não sou de avaliar a atuação parlamentar do PT como um fator da maior relevância; mas eu considero que a existência de uma bancada foi um fator importante para o partido. Porque procuravam jogar o PT no gueto da clandestinidade; e a existência de uma bancada, tanto estadual como as pequenas municipais e nacional, mostrava um PT dentro da legalidade. Isso serviu também para as forças que procuravam puxar o partido só para a luta que não fosse a consentida, não fosse autorizada, dentro do partido. Então, esse antagonismo existia. E a existência da bancada, a prática dentro do conjunto das forças vigentes, é que, a meu ver, foi importante, para mostrar que podia se fazer, organizar o partido dentro da democracia, mesmo nessa democracia chamada por eles de burguesa, etc. etc. Foi o que aconteceu. E acabou chegando ao poder.

M.M. – E quais eram as grandes lutas desse terceiro mandato, primeiro no PT? Tinha a situação da denúncia dos direitos humanos...

A.S. – É. Aí era a orientação do partido. Uma boa parte do tempo era cuidando do pessoal do partido. E também, por ser um partido lá, pode imaginar, tinha na bancada oito deputados, tinha que pegar um professor de história para ser membro da Comissão de Justiça, que era o Genoíno, tinha o Eduardo Suplicy, que era o... Isso que eu vou falar, por favor, não leve em consideração. Depois, acho que vou tirar a gravação. Eduardo Suplicy era o economista da bancada; mas era o que dava mais trabalho, porque ele não conseguia, a gente não conseguia coordenar a ação dele. Pergunta para o Dulci. Dulci era da bancada. Não há quem faça o Eduardo... Dizia: “Eduardo, olha, Coroa-Brastel. Você é o nosso homem na CPI do Coroa-Brastel, tudo bem?” Quando eu descubro, ele está reunido, no Rio de Janeiro, com o Paim, porque ele achava que ele conversando com o Paim, que era o principal investigado, ele ia obter, daquele contato pessoal, as informações que ele precisava ter para lá. [risos] Meu Deus! O Delfim Neto fugia dele, na Câmara, porque ele queria conversar pessoalmente com o Delfim, e o Delfim tinha medo dele. [risos] Dizia: “Eduardo, o Delfim vai depor hoje. Por favor, prepare o *speech* para... Você é o economista.” – “Está bom. Pode deixar.” Chegou lá com um carrinho assim, um embrulho assim, botou do lado... “O que é que isso aí?” – “Não, vou fazer uma demonstração.” “Você vai interpelar o ministro.” – “Não, mas eu vou fazer uma demonstração lá na tribuna, que tem a ver.” Ele sobe. Quando ele tira o envelope – o carrinho estava embrulhado – tinha um carrinho cheio de tomate na carroceria. Ele começa a falar; de repente, joga aquele carrinho lá de cima... para provar uma tese da acidentalidade da fixação dos preços no índice de inflação. [risos] Aquilo foi um negócio... [risos] Quer dizer, para ele, todos os jornais, não é. Para mim, eu queria entrar debaixo da mesa. Coisa de louco, não é. Então, o Suplicy, embora um sujeito competentíssimo, super-honesto, mas olha, ninguém consegue... Agora, o Lula está vendo o que foi o Suplicy com esse negócio: “Não, o Lula tem que ir prestar esclarecimento sim. Como não?” [risos] É porque ele não enxerga na frente. É um bom companheiro. Mas tem esses problemas de percurso. Então, era difícil. Então a minha atividade foi tentar fazer a bancada ocupar um espaço dentro do Congresso... Nós não tínhamos senador. Fomos buscar um senador lá no Amazonas. Evandro Carrera. Que era um poeta; que veio para o partido mas que não tinha nada na cabeça. O PT do Amazonas hostilizava. Uma vez eu fui a uma reunião do PT no Amazonas, para ver como é que era isso. Eu tinha um relógio Rolex, que eu tinha ganho do meu avô. Meu avô era relojoeiro, me deu um Rolex. Eu estou

na mesa, conversando assim, o sujeito pergunta assim: “Deputado. Esse relógio que o senhor tem aí no pulso, quantos salários-mínimos dá para comprar?” Aí eu virei para ele e falei assim: “Esse relógio quem me deu foi o Kadafi. Eu ganhei de presente do Kadafi quando fui à Líbia.” Porque, ao mesmo tempo que eu organizei a liga parlamentar na área de brasileiros, eu tinha contato com o movimento da Palestina, essa coisa toda.

M.M. – É. Você teve uma participação em defesa da OLP, não é.

A.S. – Com os palestinos da OLP, é. Foi o Kadafi. “Kadafi?” Aí o outro falou: “Mas o Kadafi...” – “Ah... Então está bom.” [risos]

M.M. – Companheiro Kadafi.

A.S. – Para terem uma idéia, o nível da coisa como era. E a hora que veio o Evandro Carrera, eu vou para lá, para ver como é que o pessoal absorve o Evandro. Precisávamos ter um senador. Nós não tínhamos elegido um senador. E a tribuna do Senado era importante. Agora, para fazer esse pessoal entender que nós podíamos improvisar um senador, foi um parto.[ri] Foi um parto. E isso aí tomou, realmente, muito tempo da atuação parlamentar. Até que desaguou no colégio eleitoral. Eu procurava levar para a executiva do partido as informações que eu tinha, como deputado, em função de minha convivência, dos limites das negociações. O que é que nós tínhamos lá? Já na Campanha das Diretas, onde o presidente da OAB teve um papel importante, que era o Mário Sérgio Duarte Garcia. Nós organizamos um comitê nacional pela campanha das diretas, que era presidido pelo Mário Sérgio. No começo, eu tive o primeiro atrito com o PT, porque o PT queria fazer a campanha sozinho. Fizeram, aqui no Pacaembu, o primeiro ato pelas diretas. Ali, eu já comecei a sentir as dificuldades de trazer o pessoal para fazer uma campanha para as diretas juntos. Mas não foi só com o PT, não. Para eu e o Mário Sérgio, para conseguir que o Brizola fosse a uma reunião em Brasília, tivemos que dizer para o Brizola que o dr. Ulysses já tinha confirmado – e de fato, só o Ulysses tinha confirmado – e que o Tancredo, de Minas, também tinha confirmado, e que estávamos esperando a adesão do Montoro. E esse papel do Mário Sérgio foi importantíssimo, porque ele era o interlocutor dessa gente toda. E quando contamos para o Brizola que Montoro também vinha, Brizola é outro governador, Brizola decidiu que vinha também; para a primeira reunião do... vou chamar de comando nacional pelas diretas, que reuniu os governadores, com Ulysses Guimarães, com ABI, com essa gente. Para vocês terem uma idéia de como era difícil isso. Nessa Campanha das Diretas, eu que já tinha uma noção clara da correlação de forças, que

estava sempre na corda bamba como advogado de preso político, vendo onde é que os grupos de extrema-esquerda iam, para onde eles pendiam, como é que eles podiam crescer, e essa experiência eu tive como advogado de preso político, eu fui transmitir isso na executiva do partido. Na executiva do partido, os oponentes, que era pela rejeição ao colégio eleitoral, era o professor Weffort, não era o Skromov, não. Skromov também era contra; mas não era... Era o professor Weffort. “Não, o nosso partido não pode. Nós temos que nos distinguir, temos que ser diferentes.” – Espera. Esquece isso. O que nós temos aqui é uma tarefa. – O que é que acontecia no meio político? Ulysses era o homem das Diretas. Se desse certo as diretas, o MDB ia de Ulysses. O Tancredo, que não ficou contra as diretas, também, já começava a costurar a possibilidade de ter o colégio eleitoral. E quando Tancredo soube que o Maluf estava para ganhar do Andreazza porque tinha comprado a convenção, Tancredo ficou mais entusiasmado ainda. Então, o Tancredo foi para os comícios, essas coisas todas, mas sabia que ele era a alternativa de colégio eleitoral. E nós convivíamos com eles todos e sabíamos a correlação de forças. Tanto é que um do aliados, de não ir ao colégio eleitoral, do Lula foi o Ulysses, que montou o esquema só diretas, que queria votar uma nova emenda, a emenda Teodoro Mendes. Nós já tínhamos feito aquela campanha toda, tínhamos perdido a emenda Dante de Oliveira, o povo tinha chorado nas ruas; como é que nós íamos agora botar esse povo todo na rua de novo, para apoiar uma outra emenda, com o mesmo Congresso? Era, para mim, era uma coisa paradoxal. Quer dizer, se numa dessas não deu, nós fomos ao máximo de mobilização, imagina a repercussão disso, a reprise disso? Não vamos conseguir. Eu procurava levar isso para a executiva do partido. A executiva do partido entendia que nós tínhamos que nos manter alheios. “Não. Nós não participamos.”

A. F. – Além de você, não tinha ninguém que tivesse essa visão?

A.S. – Na executiva? A maioria não se manifestava.

A. F. – Certo. Mas já na bancada...

A.S. – Na bancada, tinha uma divisão, o Eudes, a Beth Mendes tinha uma posição favorável aí, os outros estavam indecisos. O Djalma Bom vinha com a posição do Lula, que também nunca foi uma posição muito clara nisso. O Lula tinha muito boas relações com Tancredo. Nós chegamos a ir a Minas, nos reunir com Tancredo, durante a campanha das diretas. E na verdade, todo mundo torcia, quando perdemos aí, torcia para que o Tancredo ganhasse no colégio eleitoral. E eu, como ator, não podia ser aquele que ficava de fora, e eu

não consegui... me omitir nesse processo e dizendo: eu me abstenho –, porque eu sabia... Quando eu decidi apoiar o Tancredo, eu estava nos Estados Unidos, numa reunião da Câmara do Comércio, convidado pelo governo americano, que convidou um grupo de parlamentares para visitar os Estados Unidos, convite do Departamento de Estado. E eu, lá na reunião, disse: “Não havendo eleição direta, o colégio eleitoral. O candidato do colégio eleitoral é Tancredo Neves, candidato do PP. E lá eu disse: “Se isso acontecer, eu vou para o colégio eleitoral e apóio o Tancredo.” Bom. Quando eu decidi que apoiava o Tancredo consegui receber mais informações sobre as negociações do Tancredo. Todas elas. Ele não hesitava em dizer para mim. E eu percebi, claramente, que... comecei a ganhar espaço na mídia, porque eu era dissidente, página amarela da *Veja* –, que, quando eu me elegi, me botou lá como deputado ultra-esquerda, comunista –, página amarela da *Veja*, estava lá no jornal Nacional, fazia um discurso, estava lá, no meio de divulgação principal. Então, eu sei que estava sendo alimentado, a minha posição estava sendo alimentada pela mídia, coordenada por segmentos que estavam apoiando Tancredo. E, dentro dessa correlação de forças, eu sabia todo trabalho que era feito para evitar o colégio eleitoral. Quando o Maluf foi indicado, a extrema-direita ficou numa posição difícil, porque a extrema-direita, a maior parte dela era conhecida como não envolvida com a corrupção. E eles sabiam que o Maluf era o candidato, chegou ao colégio eleitoral, derrotou o Andreazza porque comprou o colégio eleitoral. Então havia uma divergência entre eles, lá na ultradireita militar, em função do Maluf. E isso nós sabíamos. Quando eu soube que o Tancredo ia botar o Ustra numa embaixada, como adido cultural, disse a ele: “Escuta, o Ustra é comandante do DOI-Codi. O senhor vai botar o Ustra, vai dar um prêmio para ele?” –”Não, meu filho. Essa gente, eu tenho que tirar do país, quanto mais longe estiver melhor, porque é preciso desarticular esse grupo que tem dentro das Forças Armadas. E o meu maior empenho é isso daí, porque senão não tem eleição.” O general que era o ministro Exército teve um papel muito importante nessa articulação. Como é que ele chamava? Ministro do Exército da época, que deu opiniões, que definiu lá... Já, já a gente lembra. Eu sei que, então, nós tínhamos pela frente esse setor, que puxava para o colégio eleitoral e admitia um resultado que não fosse o resultado Arena – PDS, e o outro segmento que rejeitava tudo isso. E eu não hesitei. Procurei mostrar para o pessoal do partido: olha, é essa a correlação de forças, não é uma coisa fácil. Quando morreu Tancredo então... Tancredo, Tancredo não morreu, ele se imolou. Porque, quando ele estava nos Estados Unidos, já escolhido para ser o presidente, já presidente eleito pelo colégio, ele teve uma crise, em Washington, e o médico dizendo “vai para o hospital

e opera isso”, e ele não foi; porque ele sabia que se ele não estivesse até o último momento no processo, o Sarney, eles não engoliam. O Figueiredo tinha dito até, que não engolia. Sabia que o Sarney não passava. Então, o Tancredo agüentou até a chegada dos convidados internacionais. A última crise, ele foi para o hospital porque já estava no Brasil o Bush, que era o vice-presidente, os convidados internacionais já tinham chegado, já estava tudo montado, a cena da posse já estava montada; e aí ele foi para aquele Hospital de Base. Ele agüentou o quanto ele pôde. Por quê? Porque o cara tinha... o ministro tal do Exército vai para a embaixada em Portugal, o outro, esse setor aqui. E ele sabia o que é que ele tinha composto com essas áreas militares, para desarmar o esquema. Às vezes dizem: não, a ditadura caiu de podre. Pode estar podre, ter estado podre, mas tinha muita gente que podia provocar um banho de sangue, como... isso a História mostra, nos vários países que aconteceu isso. Então eu, era muito fácil para mim, chegar no dia do colégio eleitoral, fazer um discurso, principalmente depois que já tinha maioria. “Olha, nós somos a favor. Meu partido orientou que votasse contra ou me abstivesse.” Mas eu não fui capaz de fazer isso. Eu achei que seria oportunismo de minha parte, dentro do partido. Então preferi manter uma posição de princípio, ou de convicção, se quiser chamar de convicção, e acabei...

M.M. – Mas você sabia, você tinha clareza das conseqüências que isso ia lhe trazer.

A.S. – Dentro do partido? Sem dúvida. Quando eu decidi apoiar, a primeira coisa que eu fiz foi me afastar da liderança. Eu não posso ser líder do partido se o partido tem outra posição. Saí da liderança. E depois, quando votamos, que acabou o colégio eleitoral, não houve nenhum processo de discussão.

A. F. – É. Isso que... Há uma controvérsia...

A.S. – Não. Não houve.

A. F. – Não. Mas eu digo assim, entre você e o Weffort. Eu lembro quando houve...

A.S. – O Weffort me mandou uma carta, assinada por ele, supostamente, tendo por trás o Lula. Nessa carta, ele dizia que seria melhor para o partido que nós nos desfilássemos. Eu conversei com o Eudes, conversei com a Beth... Porque se nós quiséssemos enfrentar um processo, era só desgaste para o partido. Por quê? Porque no estatuto do partido não tinha que não podia votar no colégio eleitoral, eles não tinham base legal para expulsar. Tinha que ser uma expulsão branca. E o quê? Não nos dar legenda depois? Na verdade, não tinha como

expulsar, a gente não ia perder mandato, não ia perder nada. Mas o desgaste ia ser grande. O partido tinha, eu acho que tinha... não sei se vinte por cento do partido estava na posição de ir para colégio eleitoral. Minas Gerais tinha gente. Eu recebia...

M.M. – Eu estava nessa posição. Eu era uma militante

A.S. – Tinha muita gente, que eu recebia, de Minas, Rio Grande do Sul, que admitia ir ao colégio eleitoral, sem nenhum compromisso. Porque a nossa posição era: não queremos nenhum compromisso com Tancredo. Não vamos participar do governo, não. Nós vamos votar no colégio eleitoral e vamos para a oposição. Essa era a nossa posição. E eu me lembro que, dentro do partido, depois, surgiu um movimento de... estava surgindo um movimento de – comissão de ética – expulsão. E aí nós decidimos concordar com aquela correspondência, no pressuposto que o Lula estava mandando o Weffort fazer aquilo... E não estava. E nós saímos. Talvez até tivesse tido processo de expulsão, mas... o que é que a imprensa preferiu dizer, para desgastar o partido? Foram expulsos. Nós saímos porque não havia como.

A. F. –O Weffort alega que tinha havido uma consulta às bases.

A.S. – Mas fizeram. Olha como é que foi a consulta. A consulta foi muito interessante. A consulta foi o seguinte: quem defende a posição da ida ao colégio é o deputado Airton Soares. O deputado Soares fez um texto para ir ao colégio. Quem defende a posição de não ir ao colégio? É o Lula. E o Lula fez um texto, que o Weffort preparou para ele, Lula assinou, para não ir ao colégio. Moral da história. Me botar numa posição contra o Lula dentro do partido é uma brincadeira de criança, não é. Por que é que ele não assinou?

A. F. –Na verdade foi uma reunião em Diadema, uma coisa assim. Não foi um processo de...

A.S. – É. Não. Para esse negócio aí, nem reunião houve. Eu não participei de nenhuma reunião, de nenhuma inquisição, nada, absolutamente nada, dentro do partido.

A. F. –Só circulavam esses textos...

A.S. – Quando eu recebi a correspondência do... Ah! esse texto nosso, a favor e contra?

A. F. –É.

A.S. – O partido, a secretaria, a organização que divulgou. E depois, colheu o resultado e apresentou o resultado. Quando eu vi eu contra o Lula, falei: vocês estão brincando comigo,

não é. É brincadeira. Isso aí... Não tem mais sinceridade aqui. Coisa de louco. Eu me lembro, eu: “Assina você, Weffort.” O Weffort tinha aliados importantes. Hoje, o secretário... Não é Mário. O professor da Unicamp.

A. F. –Marco Aurélio.

A.S. – Marco Aurélio Garcia. Estava na posição. Tinha grandes figuras do partido que estavam nessa posição. E também tinha outras figuras que não eram partidários disso. Infelizmente aconteceu isso, e nós saímos do partido. E eu voltei para o MDB, para onde eu tinha saído.

M.M. – E como é que foi esse voltar para o MDB?

A.S. – Foi curioso. Quando eu voltei para o MDB, Ulysses patrocinou a volta, então, na minha volta ao partido aqui, era o líder do PT que tinha deixado o PT para vir para o MDB. Capitalizar muito isso. Mas no meu reingresso não estava o Quércia, que era o governador. Certo? E aí, obviamente que eu fiquei... veio Fernando Lira, Jarbas Vasconcelos, Lysâneas Maciel, Miguel Arrais, todo esse povo, veio todo para minha volta, Ulysses Guimarães, Marcos Freire, que era vivo ainda. Mas não estava... de São Paulo. Então, eu fiquei no partido, era eu, Freitas Nobre, que ainda tínhamos posição política aqui em São Paulo, no MDB já governo. E enfrentei uma máquina. Para você ter uma idéia, o César, que era o secretário de Planejamento, botou, lá em Lins, cinco funcionários no escritório do governo, onde eu tinha voto, (porque no MDB ninguém respeita ninguém, não é) para tomar voto meu lá. Mesmo assim eu fiz trinta e quatro mil votos. Fiquei na terceira suplência. Eu perdi, o Freitas Nobre perdeu; aí, todo mundo que era esquerda do MDB perdeu, porque o MDB já elegia com práticas de governo. E nós não tínhamos esses hábitos.

A. F. –Com a máquina quercista.

A.S. – É. Mas nós, felizmente, não vamos participar nessa. Eu me elegi no MDB do Quércia quando o Quércia era oposição à ditadura. Aí nós tínhamos espaço, porque nosso discurso era...

A. F. –74.

A.S. – É. Agora depois, nem programa de televisão. Imagina se iam me dar programa de televisão. Não tinha como. Aí era difícil mesmo.

A. F. –E depois, chegaste a concorrer novamente? Não.

A.S. – Eu disputei essa eleição no...

M.M. – Depois você ingressou no PDT, não foi?

A.S. – Então. Depois, eu disputei essa eleição no MDB e perdi. Bom. Aí, o que aconteceu? Eu, sem mandato, fiquei nessa posição de MDB. O MDB tinha como candidato – aí vem a eleição presidencial em 89 –, tinha como candidato Ulysses Guimarães, campanha para eleição direta. Eu quando era deputado, me aproximei do Brizola pela circunstância de ordem pessoal: eu fui namorado da Denise Goulart, namorado da Denise Goulart, filha do Jango.

M.M. – É mesmo?

A.S. – É. E aí fiquei conhecendo a mulher do Brizola, a família, etc. etc. E o Brizola vinha com uma proposta fantástica, não é; que, de uma certa forma, uma vez que eu não estava no PT, eu não via no horizonte uma outra proposta, então decidi apoiar o Brizola. E entrei no partido. Mal sabia eu que Brizola, no meio do caminho, ia brigar com Adhemarzinho. Que aí eu comecei a ser aqui em São Paulo um instrumento de luta contra o adhemarismo. Terezinha Zerbini... “Brizola, o *seu* Adhemar não pode mandar nesse partido”. Porque Brizola tinha feito aliança com Adhemar, aqui em São Paulo. – Precisamos tirar o Adhemar, etc.. Mas o Adhemar é que dava ao Brizola a base que ele precisava aqui. Adhemar tinha dinheiro para botar, para fazer diretório, não é. Aí o Brizola brigou com Adhemar. Vésperas de eleição, brigou com Adhemar. Aí ele me chamou: “Olha, confio em você. Você vai ser presidente do partido em São Paulo.” Olha só. “Eu vou ser presidente do partido? Não tem meios.” – “Não. Vamos, nós vamos arrumar.” Não arrumaram coisa nenhuma. Tinha uma casa aqui, uma sede, no Ibirapuera, quatro automóveis, e o material vinha impresso do Rio de Janeiro, de ônibus. Ele perdeu a eleição em São Paulo; senão ele ia para o segundo turno. Foi incrível isso. Eu vivi uma circunstância...

M.M. – E aí você apoiou Brizola como candidato a presidente da República.

A.S. – Presidente da República. Foi. Fiz a campanha dele. E quando ele perdeu, eu e Lysâneas, porque Lysâneas também estava no PDT, nós somos responsáveis por Brizola ir para o segundo turno apoiando o Lula.

M.M. – Vocês fizeram a negociação.

A.S. – Fizemos a negociação. Porque ele não queria, de hipótese alguma. E os pedetistas fanáticos – “é, tomou nosso lugar! Esse usurpador!” Era assim que o Lula era tratado. Porque, se não existisse o Lula, era inevitável que Brizola fosse para o segundo turno contra o Collor. O Lula, na verdade, foi o fato novo com que Brizola não contou nas suas articulações de Lisboa.

A. F. –Subestimou.

A.S. – Até subestimou. Até subestimou.

A. F. –Sim, depois subestimou. Mas antes, não contava.

A.S. – É. Ele nunca contou com a possibilidade de surgir um movimento, com Lula, etc. etc..

A. F. – Movimento de base operária.

A.S. – Tanto é que, quando eu estava na Europa, o Brizola nunca me procurou. Quando eu ia às reuniões na Europa, ele nunca... Porque eu era o cara do PT, que estava ali organizando o partido. Então... Era uma situação difícil lá. Eu acredito até que se Brizola tivesse ganho, ele podia ter ganho do Collor, se tivesse ido para o segundo turno.

M.M. – Eu acho também.

A.S. – Por quê? Eu não quero fazer nenhum... Mas se nós tivéssemos participado daquela frente democrática que se juntou em torno do Tancredo, o Lula teria criado, pelo menos, ligações, para mais tarde pleitear apoio para evitar o Collor. Aquela posição fechada que o partido teve contribuiu muito para que, anos depois, nós pudéssemos dizer: bom, agora somos nós. Venham nos apoiar. Porque o inimigo é o Collor. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós pagamos, o PT... Eu falo nós porque eu sou PT, eu me considero. O único partido que eu criei mesmo foi o PT. Nós, PT, teríamos colhido com muito mais facilidade apoios contra o Collor se nós tivéssemos negociado aquela ida, apoiar o Tancredo no colégio eleitoral.

M.M. – Depois dessa experiência toda, fica evidente a sua vinculação afetiva com o PT, você nunca pensou em voltar?

A.S. – Não, pelo contrário. Olha que curiosidade. Nós sempre mantemos um vínculo muito... afetivo, muito ligado. Porque, quando eu saí, você não encontra declaração minha nenhuma, em nenhum jornal, contra o PT. Nenhum jornal. Nunca dei uma declaração contra

o PT. Como é que eu podia? Eu tinha, eu me considerava um formador do partido, agora vou dizer, por uma divergência política, vou querer comprometer toda uma estrutura que eu ajudei a montar? Não. Então... Não tem. Então, com isso, eu preservei excelentes relações. O Dulci quando me encontra – “Meu líder, vamos lá.” Porque ele foi deputado comigo, nós trabalhamos juntos e tal.

A. F. – É. Ele contou.

A.S. – E o Genoíno, não é, começou, como presidente do partido, montar um esquema de apoio ao Lula, de volta minha, da Beth e do Eudes para o partido. Antes até do Eudes ter aquele episódio no Rio de Janeiro, que foi muito ruim para ele; da vida pessoal dele, não tem nada a ver com política. Mas nós íamos... E o Genoíno estava organizando uma volta nossa ao partido. Nesse espaço de tempo, o Lula me encontra em Brasília, já eleito, ele me chama para uma conversa lá na OAB, disse: “Olha, como é que você está? Você está fazendo o quê em São Paulo?” – “Estou com um escritório de advocacia...” e tal, tal. “Ah, ‘tá bom...” e tal. Depois, o Olívio Dutra me disse que o Lula tinha me colocado lá na... se eu queria ser do Conselho de Administração da Infraero. Eu disse: “Eu não entendo nada de avião.” – “Não. Para ir para Brasília, ficar lá, precisa ter gente lá naquele conselho.” Então, hoje, eu sou, indicado pelo Lula e ratificado pelo Lula, conselheiro da Infraero. Isso me dá uma vez por mês em Brasília e um jetom de mil e duzentos reais por mês. Esse é o meu vínculo, hoje, com o governo. E me dá muito trabalho. Porque é um negócio terrível, aquela estrutura é uma coisa terrível. O Lula ia me colocar na presidência da Infraero, e não pôde porque interesses maiores, e eu respeito... Chegou até a anunciar que eu ia ficar no lugar do Carlos Wilson, Carlos Wilson ia sair. Mas depois eu entendi as razões pelas quais eu não podia ser. Ia voltar para o partido, quando... Eu me considero um passageiro que ia entrar no Titanic quando o Titanic afundou. [risos] E é verdade. Só não voltei porque, na agenda do Lula, ficou faltando uma data, para mim e para a Beth e para o Eudes. O Eudes, o Lula gosta demais do Eudes. O Eudes tem um cargo no Rio de Janeiro, à revelia da Dilma.

M.M. – É. No Jardim Botânico.

A.S. – É. Ele segurou o Eudes lá, numa empresa. Ele é... Pelo menos sobrevivi. O Eudes tem lá os seus problemas familiares, a mulher com câncer, diabo a quatro, e o Lula sempre foi muito afetivo com relação ao Eudes. O Eudes é muito expansivo e tal. E a Beth é uma petista. Está lá no Rio de Janeiro. Embora tenha ido para o PPS, tenha participado... Ela... a Beth, eu

sei que ela esteve lá no movimento dos artistas, teve uma participação boa, ligada ao PPS. Depois, eu soube que ela saiu também, estava mais próxima do PT, embora não tivesse voltado.

A. F. – É. Já no governo Garotinho, ela teve um cargo na Secretaria de Cultura, já por indicação do pessoal do PT do Rio.

A.S. – É, exato. Então, nós só não voltamos para o partido por causa desse fenômeno que ocorreu, esse tsunami, não é?

M.M. – É.

A. F. – A saída do Weffort deve ter facilitado também. [risos]

A.S. – Hein? Não. O Weffort...

A. F. – Estou botando lenha na fogueira. [ri]

A.S. – O Weffort... Uma coisa curiosa. Weffort deu...

M.M. – Ele, que quis tirar, depois acabou aderindo ao governo Fernando Henrique. [ri]

A.S. – Quando o Weffort aderiu ao governo Fernando Henrique, eu fiquei muito feliz. Porque não tive nada com a adesão dele. E ele ainda foi ocupar um cargo. Meu Deus do céu!

M.M. – É. Que era ministro.

A.S. – Ministro de Cultura. O Weffort se deixou levar pelos laços afetivos, ele foi muito amigo do Fernando, não resistiu ao convite do Fernando, achou que tinha (vantagem). E levou o outro!, José Álvaro Moisés, que era o ideólogo do PT, na nossa organização, também, sociólogo da USP. Foi lá. Era o responsável não sei por que área. Eu dei muita risada quando aconteceu isso. Fiquei muito... achando que o meu algoz dentro do partido tinha ido para o PSDB por um cargo. [risos] Isso é maldade minha. Weffort é um grande companheiro. Relevo isso.

M.M. – Não deixa de ser engraçado. Não deixa de ser.

A.S. – É, é engraçado. Isso é verdade.

A. F. –

A.S. – É. – Participar do colégio eleitoral, *nunca!* Esse é nosso partido!... E agora? Eu sei que ele tem muita dificuldade, em alguns lugares, para explicar essa adesão ao projeto do Fernando Henrique. Nem sei o mérito dele no ministério, se foi bom, se foi ruim.

A. F. – Na posse do Lula, o constrangimento. O Lula estava muito tranqüilo com Fernando Henrique e visivelmente constrangido com o Weffort.

A.S. – Ah, sim, sem dúvida.

M.M. – É. Mas é porque ficou, eu acho, uma situação muito ruim dentro do PT.

A.S. – Ah, ficou muito ruim. Eu lamento muito não estar participando mais diretamente nessa articulação política com o Lula, porque... o Zé não teria feito o que fez, não. Isso... não teria, de maneira nenhuma. Isso eu conversei com o Lula, depois. Lula não falou nada. Lula só me disse: “Esses seus amigos, hein.” Porque o Zé veio para o partido pela minha mão. Nós arrumamos emprego para ele aqui na Assembléia, para ele sobreviver. Quando ele quis ser secretário aqui em São Paulo, o Jacob, o Lula não conheciam, “Esse cara...” – “Não, é companheiro nosso, tem experiência política” Então... O Zé é meu amigo da UEE. Negociar com quem ele negociou e acreditar em fidelidade? Comprar pessoas, e achar que tem compromisso? O Zé. O projeto do Zé era ser sucessor do Lula. Eu disse isso para ele: “Você foi a Cuba, foi filmar sua vida lá para fazer um livro e um filme, os locais onde o José Dirceu ficou em Cuba.” Levou equipe, levou tudo. “Que é isso? Isso subiu na tua cabeça?” Falei para ele. É meu amigo. “Você ficou louco, Zé. O poder te deixou maluco.” E aí, de repente, começou a atropelar o Lula, não é, começou a dizer em rodas – “não, eu faço isso, faço aquilo.” Pronto. Lula ficou sabendo. Óbvio, não é. Isso é à parte, não é.

A. F. – Não. Qualquer coisa, as revisões...

A.S. – Vocês sabem o que interessa, o que não interessa.

M.M. – É. Não. Depois, a gente manda para você.

A. F. – Exatamente. A gente vai transcrever tudo. Depois, evidentemente, o editado, mas mesmo o que vai ficar para o depoimento, você pode dizer, claramente, o que você quer que fique restrito. E isso pode ser em definitivo ou pode ser por um tempo. Isso a gente vai conversar, minuciosamente, depois. Mas acho que é importante esses comentários assim.

Coisas que, talvez, não se deva circular em cinco ou dez anos; mas em cinqüenta anos, talvez seja importante esse tipo de abertura.

M.M. – Claro. Eu acho.

A.S. – Quem fez a articulação do partido nessa área, enquanto eu era deputado, era eu, que era o líder do partido, convivia com as lideranças lá em Brasília. Quando o Jefferson chegou em Brasília, eu era deputado, eu conheço de onde veio, como veio. E conhecia toda essa gente. Comissão de Orçamento, como funciona. Meu Deus! Tudo isso era coisa que... Nós não podíamos ter entrado nisso. Não podia. O mínimo de... O Dulci, embora tenha sido deputado, nunca foi um parlamentar. Ele nunca... Ele mesmo diz.

M.M. – É. Ele disse no depoimento dele.

A.S. – Ele diz. “Não era o meu habitat.” E ele me honra dizendo, “o Airton era o que fazia, nós sabíamos, confiávamos nele”, essa coisa toda. Quando ele diz isso, ele diz para várias pessoas, eu fico muito honrado, porque eu respeito muito o Dulci. Um homem sério, muito bom de cabeça. O Genoíno. O Genoíno, eu disse: “Genoíno, se não fosse esse teu orgulho, você não tinha feito aquela besteira que você fez.” Porque Genoíno é um homem... Para comprar um apartamento financiado, veio me consultar: “Fica bem eu, sendo deputado, financiar uma casa? Vai ver a casa dele, que ele mora, aqui no Butantã. Uma casa geminada. É um homem pobre. Não levou nenhuma vantagem nisso. “Assina, Genoíno.” Acontece o seguinte. Não deram nenhum cargo no governo para ele, botaram ele na vitrine. Presidente do partido. Genoíno, qual é o defeito dele? É a vaidade. Tem uma câmera de televisão aqui, Genoíno pode estar a dois quilômetros, ele chega perto da câmera. Não tenha dúvida. Ele era conhecido lá em Brasília, porque ele ficava no salão verde o tempo todo. Excelente deputado. Um homem respeitável. Não tem nada a ver com nenhum desses escândalos. Nada. Não se apropriou de recurso nenhum. Esse negócio a cueca não tem nada a ver com ele, do dólar na cueca, isso é outro escândalo. Mas o que é que ele fazia? As decisões eram tomadas dentro do partido e ele avalizava. Até que chegou a avalizar o cheque. E aí se meteu nessa... Eu fui ao lançamento do livro dele aqui. Tenho uma profunda relação. A mulher dele foi minha cliente, a (Riot), ele também, quando veio da guerrilha. Quer dizer... lamentavelmente, entrou nessa. Agora... tem os meus amigos que, de repente, começam a gostar de champanhe francesa, de vinho de cinco mil reais a garrafa, de charuto cubano, e você sabe quem são. Botaram salto

alto, passaram a ser uma nova classe. Essa que é a dura realidade. Mas isso tem em todo lugar. O PS francês tinha, também.

A. F. – Eu acho interessante essa experiência que você traz, em termos de já ter uma experiência de política institucional antes, porque não fica com esse simplismo: ou você é um purista, utópico ou é um pragmatismo absolutamente sem limites. Acho que essa alternância foi muito negativa.

A.S. – Foi. O meio podia ser um pouco mais...

M.M. – Quer dizer que dava para fazer as coisas sem entrar nesse...

A.S. – Dava. Meu Deus! O sujeito com cinquenta e três milhões de votos! Meu Deus do céu.

A. F. – Agora, em parte, essa experiência está, amargamente, mas está sendo colhida.

A.S. – Agora, eleito no primeiro turno... Nós temos grandes aliados no PSDB. Por que não tem aliança com eles? Por causa da briga do PT de São Paulo com o PSDB.

M.M. – É. São Paulo é o problema geral, certamente.

A.S. – Terrível. Meu Deus do céu. Quantos quadros. O Serra. Eu prefiro conversar com o Serra ou com o Jefferson? Mas mil vezes o Serra.

M.M. – É. O que eu acho uma coisa lamentável. Porque você na França, em outros países, você tem a aliança dos partidos que estão num espectro político mais à esquerda, centro-esquerda. Aqui no Brasil, os partidos que teriam mais possibilidade de dialogar, que é o PSDB e o PT, racharam. E aí, o PSDB faz aliança com o PFL, o PT faz aliança com PL, com PTB, enfim. É uma coisa...

A.S. – Exatamente.

A. F. – Eu estive nos Estados Unidos em 2002, em vários lugares me perguntaram: “Tudo bem, o Lula a gente conhece; mas, quem são os outros candidatos?” Eu começava a explicar quem eram os candidatos e quem eram os partidos. Um é do Partido Social Democrata, o outro é do Partido Socialista, o outro é do Partido Popular Socialista, e o PT. “Puxa. Mas é tudo de esquerda então. É fácil.” Eu falei: “Não, o problema é que todos estão aliados com a direita, sem uma única exceção.” [ri] É era essa situação maluca, que a gente acabou vivendo.

A.S. – [ri] É. Foi... Esse Jefferson... Pedir ao Jefferson que não dê entrevista, ir a casa do Jefferson, se humilhar. Nossa! Quando o Aldo Rebello me contou o que fez, foi obrigado a fazer... Meu Deus! Foram pedir ao Jefferson, José Dirceu e ele, pelo amor de Deus, não abra o bico. E moral da história. Quem é mensalão? Os deputados do PT. Exatamente aqueles que não receberam nada do mensalão. Quem é mensalão e que aparece, que não aparece, todos do PTB, todos do PP, todos do PL. Esses recebiam por mês, direitinho. E ainda eram roubados, porque o Pedro Correia ficava com a maior parte do dinheiro, distribuía só uma parte, e o Jefferson, o Jefferson tem seis milhões no armário; dinheiro que ele devia ter distribuído, não distribuiu. Não lembra disso? Seis milhões no armário. Quer dizer, o caixa vinha para ele, e ele não rateava com honestidade.

A. F. – Nós entrevistamos o Paulo Rocha...

A.S. – Paulinho.

M.M. – Entrou também, coitado.

A.S. – Paulinho tinha dívida do partido, foi cobrar e... E achava que o dinheiro... o tesoureiro... Também, nunca foram... Nunca cuidaram de ver – olha, olha esse camarada aí. Opa! E aí, quanto é que eu preciso? Eu preciso de tanto. Mas espera. De onde vem esse dinheiro aqui? O erro do Paulo foi esse. Ele não viu, ele só...

A. F. – Com a coligação montada para ser governador, favorito, candidato do Lula, um cara operário, com uma história...

A.S. – Não, uma grande figura. Eu me aproximei muito do Paulo porque eu trabalho... eu sou advogado do Sindicato, aqui, dos Vigilantes, da Federação. Tem um projeto de regulamentação da profissão, que o Chico Vigilante passou, Paulo Rocha representou. E eu, Paulo Rocha com aquela atividade toda, procurei, lá no Congresso, usar minhas relações para fazer esse processo andar lá. E, felizmente, aprovamos na Câmara, aprovamos no Senado; teve uma emenda, voltou para a Câmara. Vai ser aprovado agora. Então conheci muito bem o Paulo Rocha. Paulo Rocha é um companheiro, não tem fortuna pessoal, nunca pegou dinheiro para botar no bolso; mas se viu envolvido nisso aí. Então de repente, ele é o mensaleiro, e os outros, que receberam mesmo, por mês, nem aparece o nome.

A. F. – A manipulação da mídia é uma coisa impressionante. Devia estar na *Folha*, eu vi pelo Uol, na Internet, a evolução patrimonial. A evolução mais acentuada foi a dos deputados

do PT. Aí depois, você entra na página do Fernando Rodrigues, tem o quadro, e tem uma pequena nota, em que ele diz: proporcionalmente. [risos] Porque, na média, eles passaram de cem mil de patrimônio declarado para trezentos mil. Não, não. De cem mil para cento e oitenta e sete mil. Então deu oitenta e tantos por cento.

A.S. – De aumento.

A. F. – Os deputados do PSDB aumentaram em média quatrocentos mil; mas, proporcionalmente...

A.S. – Eu estava vendo, Ronaldo César Coelho, era duzentos e cinquenta e sete milhões, foi para quatrocentos e cinquenta milhões. Ronaldo César Coelho.

M.M. – Milhões.

A.S. – É. Está no jornal de hoje.

A. F. –É muito bom. Tem um quadro que é para ver a origem de classe, você vê, partido por partido, é muito nítido, está muito nítido, que são as pessoas.

A.S. – É impressionante. Bom. Acho que depois dessa... Acho que a gente chegou já no (). Se faltar alguma coisa, depois vocês me ligam.

A. F. – Claro. Está ótimo.

A.S. – Se eu lembrar de alguma coisa, também... Esse nosso apoio à causa palestina nos causou muita dificuldade na organização do PT.

M.M. – Fala então um pouco sobre isso.

A.S. – Essa é uma postura, que era uma postura que a esquerda tinha, e todos os compromissos, era território palestino. Nós tínhamos um movimento na África do Sul contra o apartheid. E a devolução dos territórios palestinos. E eu, como deputado, já apoiava o escritório da OLP em Brasília e, àquela altura, já era muito contestado pelos setores sionistas da comunidade judaica. Não o sionismo bom. Tem um sionismo de esquerda, não é. Mas o pessoal mais reacionário, aqueles que não querem saber de... querem o grande... É uma mistura de religião com posição política. Uma coisa confusa lá. E quando eu passei a ser o líder do partido, etc., claro que o partido, o Lula, o Lula sempre... os operários... quando vinha gente do sindicato dos trabalhadores palestinos para cá, participavam das reuniões com a CUT. Havia, não só na área política mas também na área sindical, contato. E, na comunidade judaica mais

á direita, o movimento cresceu muito, contra nós. Onde eles podiam, eles tentavam nos colocar como terroristas, ao lado dos terroristas palestinos, essa coisa toda. Dentro do partido surgiu um movimento de judeus, que eram do partido e que eram a favor do... Clara Ant, por exemplo, que é uma companheira que, embora de origem judaica, ela é a favor do...

M.M. – É. Nós fizemos uma entrevista com ela.

A.S. – É. E tinha uma facção dentro do partido. Mas aí fora, o que esse lobby de imprensa, que serve ao piores interesses de Israel, trabalhou contra nós, foi uma coisa terrível. Como fizeram agora, não é, quando o Lula trouxe a cúpula árabe aqui no Brasil. Que foi um dos grandes feitos. É a primeira vez que se faz isso. E no entanto foi bombardeado. *Veja*, o diabo a quatro. Todo esse resquício da *Veja*, por orientação deles, para xingar o Lula, porque não perdoam o fato de você ter trazido. E boicotaram de tudo quanto é jeito, não é, essa ligação nossa direta com o mundo árabe. Que só nos traz vantagens. Só abre mercados, só nos traz facilidades. Além de ser uma postura correta. Está aí, agora, a invasão do Líbano, para mostrar os horrores que se pratica em nome de um... uma ocupação militar, interesse. Então eu, como líder do partido, expus bastante o partido à sanha desses setores mais reacionários. Não sei se isso atrapalhou, até que ponto atrapalhou; eu sei que não facilitou. [ri] Não facilitou.

M.M. – Deixa eu te perguntar uma coisa aqui. Não tem interesse maior para essa entrevista; mas eu, como historiadora, me interessa. Você participou daquela investigação da morte do Juscelino.

A.S. – Sim.

M.M. – Vocês conseguiram apurar alguma coisa que, efetivamente, indicasse que houve um atentado contra ele?

A.S. – Então. Deixa ver se a memória me ajuda. Primeiro pegaram o Torres, depois o Schneider... As ditaduras do Cone Sul começaram a eliminar as lideranças alternativas que podiam surgir no processo de redemocratização. Lembram disso, não é. E eu recebi de um companheiro de lá uma correspondência, que dava uma noção clara de como atuavam essas forças do Cone Sul. Tanto é que, depois que essa correspondência chegou, por mão de exilados brasileiros, o Jango ficou com medo também, lá no Uruguai. E houve uma preocupação maior. Mas eles já tinham matado Letélier, o Schneider e o Torres. E na lista tinha... estava o Juscelino, estava o Jango, como outras lideranças brasileiras. Quando houve a morte do

Juscelino, houve uma coincidência incrível. Eu não conhecia o Juscelino. Naquele dia que ele veio para São Paulo, no avião que ele embarcou em Brasília, era uma sexta-feira, estavam no avião o Ulysses, o Montoro e eu estava no avião. Quando nós entramos no avião, o Juscelino já estava no avião. Eu não conhecia o Juscelino, Ulysses me apresentou ao Juscelino. Quando ia descer em São Paulo, estava fechado o tempo, tivemos que descer em Campinas; e viemos na mesma van para São Paulo. Então soube dos detalhes do que ele ia fazer em São Paulo. Ele ia à Casa de Manchete, reunir com Adolfo Bloch, e ia para o Rio de Janeiro à noite. E quando ele aparece morto no acidente na estrada, eu fiquei curioso. Uai, o que aconteceu? Então fui ver. Eu tinha essas informações mais antigas, eu comecei a procurar levantar, quem estava fazendo o levantamento lá, essa coisa toda e tal. E o curioso era que o Juscelino, a noite era de chuva, era ruim, e ele não aceitou ir de avião e não aceitou que o Adolfo Bloch botasse ele num carro a partir de São Paulo. Ele mandou vir o motorista do Rio de Janeiro. Eu estava levantando exatamente essas coisas, quando o Ulysses me chama e me pede para não apresentar nada disso na Câmara, porque a dona Sara tinha pedido para ele que não levasse isso para o plenário. Mais tarde se soube que o Juscelino pediu o carro porque ele ia encontrar a outra mulher que ele tinha, no meio do caminho. E eu então...

A. F. – Que ele tinha dado um hotel fazenda, onde dizem que era o cenário dessa... a alcova. [ri]

M.M. – Dizia-se, inclusive, que ele estaria, nesse momento, preparando a separação dele. Que iria mesmo sair de casa.

A.S. – É. Estava, é. Ele ia se separar da dona... Isso são detalhes que mais tarde a gente ficou sabendo. Mas o que eu sabia na época era o seguinte. Ora, o cara foi presidente, de repente aparece morto na estrada, em circunstâncias... Que circunstâncias são essas? Como é que é essa história? Ele tinha, a favor da hipótese de um acidente normal, o fato de o motorista que veio do Rio, já tinha mais de sessenta anos, que ia voltar dirigindo... Mas não ia até o Rio, ia até o meio do caminho. Então, até hoje, eu tenho minhas dúvidas sobre o resultado da perícia técnica que foi feito lá. Tenho minhas dúvidas. Acho que a ditadura, sabendo que ele estava envolvido nesse escândalo familiar, se aproveitou disso para ceifar o sujeito, que era... Que ele era muito melhor do que o Tancredo para compor uma alternativa.

M.M. – E ele tinha uma penetração popular infinitamente maior do que o Tancredo.

A.S. – Muito maior. Muito maior. Então... E eu não levei as coisas às últimas conseqüências por quê? Aí vieram as investigações feitas pela polícia, todas culminaram com o resultado e que era um acidente. Nós tínhamos gente no governo em São Paulo, que era governante, que era responsável pela polícia. Enfim, eu... Dr. Ulysses me chamou, pediu... O que é que podia fazer também? Eu podia fazer um discurso, levar apenas essas suspeições todas. Não mais que isso. Não podia muito mais do que isso. Então... Por isso que eu parei. Talvez até tivesse feito um discurso na tribuna para falar dessas coincidências. Mas precisaria ser um discurso encadeado, muito lógico e muito plausível. Como até hoje dizem, não, o Jango foi envenenado. Como querem dizer que Brizola foi. Coitado, o Brizola morreu de teimoso. Estava com um infarto desde lá do Uruguai e não admitia ir fazer exame médico. Quando descobriram aqui, já estava numa situação que não podia mais. Dor no estômago. Dor de estômago não era o que ele tinha comido no churrasco, era uma manifestação de uma angina, que deu no peito, deu no estômago, então ele sentiu todas as dores do infarto. Era um homem muito forte. Quando acudiram, estava já morto.

M.M. – Já era tarde.

A.S. – Já era tarde. Então foi isso que aconteceu com Juscelino. E eu conheci Juscelino nessa circunstância. Era uma figura que chamava muito a atenção porque ele pintava o cabelo de preto, não é. Eu achava que ficava ridículo aquilo, com o cabelo preto. E chamava muito a atenção a mim era olhar... talvez porque eu seja careca –, olhar para o cabelo preto do Juscelino. Aquela negritude no cabelo dele. [risos]

A. F. – Está ótimo. Excelente. Com esse complemento... [ri]

M.M. – Está bom. É. Obrigada.

[FIM DO DEPOIMENTO]